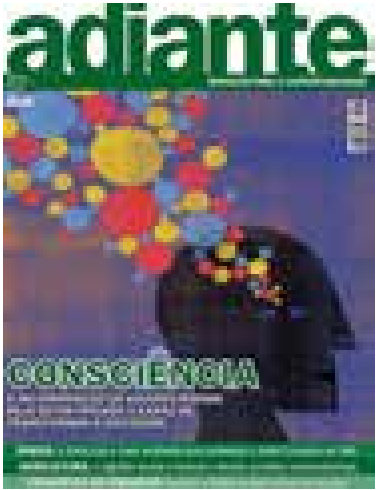

adiante
CONSCIÊNCIA

editorial

Amor ao **mundo**

Há nove meses ADIANTE chegava ao mercado como único veículo voltado para a questão da sustentabilidade no ambiente econômico e de negócios. De lá para cá, a estratégia de incluir as questões sociais e ambientais na tomada de decisões empresariais disseminou-se com rapidez.

ADIANTE lançou o alerta de que a sustentabilidade precisa entrar na prática de empresas e bancos, o que os tornará mais rentáveis e longevos. Apontou a necessidade da construção do diálogo entre o setor privado, o governo, a sociedade civil organizada, assim como a urgência de adotar um planejamento estratégico na administração pública para que o Brasil não perca a oportunidade de mostrar ao mundo o caminho do desenvolvimento sustentável.

Nesta edição, propomos uma reflexão mais profunda. As imagens de bombardeios e morte no Oriente Médio, da fome e da destituição na África, da pobreza em território nacional, além de denúncias de corrupção, violência e falta de espírito coletivo que permeiam o dia-a-dia dos brasileiros indicam que não é mais possível esticar o modelo em que a soma dos ganhos individuais não leva ao bem-estar comum.

Problemas globais afligem a todos. A concentração de gás carbônico na atmosfera chegou a níveis sem precedentes, assim como o uso de recursos e serviços naturais pelo homem. Estima-se que sem transformações radicais em poucos anos, não será possível impedir que o planeta sofra um processo irreversível de declínio. A única saída são soluções coletivas.

Por isso, uma revolução moral – e por que não espiritual – se faz urgente. O setor privado é apontado como forte candidato a encabeçar a mudança, mesmo porque nenhuma empresa será sustentável em uma sociedade insustentável. Dado o tamanho da crise, a evolução necessária não vai ocorrer pelo avanço da tecnologia, nem pelo crescimento econômico ou do poder político. Será preciso recuperar um mínimo de emoção social.

Boa leitura

ISSN: 1809-3639

adiante
INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Escola de Administração de Empresas
de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

DIRETOR: Fernando de Souza Meirelles

FGV GVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)
Coordenador: Mario Monzoni

PUBLISHER E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luciano Martins Costa (Mtb 10.846)
EDITORAS
Amália Safatle e Flavia Pardini
PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE
Marco Cançado
SECRETÁRIA EDITORIAL
Bel Brunharo
REVISÃO
J.G. Moura Ribeiro
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Celso Fernandes, Denise Juliani, Flavio Lobo, Geandré, Gisele Teixeira, José Inácio da Silva, Marco Aurélio, Marisa Tohver, Maura Campanili, Monica Araya, Paulo Moutinho, Paulo Neves, Pedro Bicudo, Regina Scharf, Samuel Casal
ENSAIO FOTOGRÁFICO: Eduardo Moraes

PUBLICIDADE
Contato: comercial@revistaadiante.com.br
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513
01421-000 São Paulo
Telefone (55-11) 3284-0754
IMPRESSÃO
Vox Gráfica e Editora
DISTRIBUIÇÃO
Distribuidora Grupo Estado e Logistech Distribuidora

Números avulsos, edições anteriores e repartes corporativos:
(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

CONSELHO EDITORIAL
Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Luciano Martins Costa, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini
CONSELHO CONSULTIVO GVCES
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray
PARCEIROS FUNDADORES
Fazendo mais que o possível BANCO REAL ABN AMRO
ODEBRECHT

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.
É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: IMAGES.COM/CORBIS/LATINSTOCK

notas



TRANSPORTES

A Colômbia como modelo

O Conselho Executivo do Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas aprovou, no fim de julho, a primeira metodologia de larga escala para projetos no setor de transportes. Trata-se da metodologia do TransMilenio, o sistema de ônibus rápido de Bogotá, capital da Colômbia.

Com a metodologia aprovada para as fases II a IV do TransMilenio, o sistema poderá ser replicado por outros projetos de transporte que visem reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Inspirado nos ônibus inteligentes de Curitiba, o TransMilenio opera de maneira semelhante aos corredores de ônibus de São Paulo.

O setor de transportes é responsável por aproximadamente 22% das emissões globais de gases de efeito estufa, de acordo com o Center for Clean Air Policy, uma entidade americana sem fins lucrativos. É também a fonte de emissões que mais cresce: 2,1% ao ano globalmente e 3,5% nos países em desenvolvimento.

Segundo Enrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá, um sistema de transporte público eficiente – tanto na redução dos congestionamentos quanto das emissões – precisa atrair os proprietários de automóveis particulares. Dos usuários do TransMilenio, 20% têm carros na garagem, disse Penãlosa durante a Conferência Ar Limpo para América Latina, realizada em São Paulo em julho. – *por Flavia Pardini*

Guinada radical

Mais do que técnico, o problema do transporte nas grandes cidades de países em desenvolvimento é político. A frase não vem de um técnico, mas de um político, o ex-prefeito de Bogotá Enrique Peñalosa.

Em recente palestra em São Paulo, Penãlosa afirmou que, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, o transporte é um desafio maior do que os demais. Enquanto problemas nos setores de saúde e educação, por exemplo, são solucionados com o aumento de renda, o transporte piora. Com mais dinheiro no bolso, as pessoas em geral preferem andar de carro do que usar o transporte público.

"A solução é mudar radicalmente o modelo", disse Peñalosa. "Nas cidades em desenvolvimento, os investimentos em construção de mais vias é regressivo, pois tira recursos destinados a sanar questões mais graves para solucionar o problema de quem tem carro." Para ele, a única solução é o transporte de massa. Durante sua gestão em Bogotá, de 1995 a 1998, Peñalosa investiu no sistema de ônibus rápido, criou ciclovias e um sistema de rodízio para veículos particulares.

O transporte público, segundo ele, não representa só a possibilidade de mais eficiência e menos poluição. "Qual igualdade queremos? Igualdade de qualidade de vida", disse o ex-prefeito. "As cidades podem contribuir muito para que o interesse geral prevaleça sobre o particular". *(FP)*



SETOR PRIVADO

ENTRE NO CLIMA

As oportunidades para as empresas brasileiras no mercado de créditos de carbono não estão passando despercebidas. É o que mostram resultados preliminares da primeira edição nacional do Carbon Disclosure Project (CDP). Até primeiro de agosto, 28 empresas – de um total de 50 – responderam o questionário sobre mudanças climáticas enviado pelo projeto. Quase todas disseram ver o mercado de carbono como uma oportunidade e algumas já têm projetos em desenvolvimento, informa Marcelo Rocha, sócio da consultoria Fábrica Éthica Brasil, facilitadora da versão brasileira do CDP.

O CDP nasceu em 2000 como uma forma de investidores institucionais solicitarem informações às 500 maiores companhias do mundo sobre suas emissões de gases de efeito estufa. O primeiro relatório global foi divulgado em 2003. Neste ano, o pedido de informações é assinado por 211 investidores institucionais, que administram um total de US$ 31 trilhões. Os resultados globais serão anunciados em 18 de setembro em Nova York.

O relatório brasileiro será lançado no dia 28 de novembro durante o 27º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em Curitiba. Receberam o questionário as 50 maiores empresas brasileiras em termos de capitalização de mercado. Até o início de agosto, 28 haviam respondido, 11 manifestaram ter recebido o questionário e a intenção de participar no futuro e outras 11 não se manifestaram. O pedido de informações nacional foi feito pelos 15 signatários do CDP no Brasil, entre fundos de pensão, bancos e *asset management*. *(FP)*



AMAZÔNIA

SOJA SUSTENTÁVEL?

A decisão de ficar dois anos sem comprar soja proveniente de áreas desmatadas da Amazônia, anunciada em meados de julho pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), é um dos primeiros reflexos do Fórum Global sobre Soja Responsável, organismo multilateral criado em 2005 para discutir os impactos socioambientais da produção de soja, em resposta às pressões crescentes da sociedade.

O próximo encontro está marcado para 31 de agosto a 2 de setembro em Assunção, no Paraguai, onde serão apresentados os avanços registrados em várias regiões produtoras do mundo, inclusive o exemplo brasileiro. A moratória de dois anos declarada pela Anec e pela Abiove é um avanço considerado questionável por entidades como o Greenpeace *(leia nota ao lado)*.

Dentre os fundadores do fórum estão a multinacional Unilever, o grupo brasileiro Amaggi e a rede de supermercados suíça Coop, além da WWF. Trata-se de uma iniciativa de organizações envolvidas na produção, no processamento e na comercialização dos grãos.

O grupo realizou uma conferência global em Foz do Iguaçu em março do ano passado, onde foram lançadas as bases da discussão, aprofundada em um encontro técnico em São Paulo há cerca de três meses.

Participaram desse evento representantes da Abiove, dos grupos Amaggi, Bunge, Cargill e Unilever, dos bancos ABN Amro e Rabobank, da Embrapa, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e de organizações não governamentais como a Guyra Paraguay, WWF, além do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e do Banco Mundial. – *por Denise Juliani*

Medida duvidosa

O Greenpeace entende que a divulgação nacional e internacional do relatório Eating up the Amazon (*Comendo a Amazônia*), acompanhada por ações no Brasil e na Europa, ajudou a detonar o processo de discussão em torno da soja.

Segundo a entidade, essas ações criaram uma publicidade negativa em torno das empresas envolvidas com o plantio do grão nas bordas da maior floresta tropical do mundo. Isso teria provocado a formação de alianças entre as principais *traders* de soja, empresas de *fast-food* como o McDonald's, redes de supermercados e entidades ambientalistas. Tais alianças, por sua vez, resultaram na moratória anunciada pela Abiove e pela Anec.

A moratória de dois anos é considerada questionável pela organização porque não teria capacidade de inibir novos plantios. Um ano é o que se leva para plantar soja em uma área desmatada, e mais um ano é o tempo que se pode gastar para comercializá-la.

Em comunicado ao público, a entidade declarou: "O Greenpeace defende que a moratória deve durar o tempo necessário para que as medidas sejam implementadas, ou a iniciativa anunciada corre o risco de ser pouco mais do que um gesto simbólico". Segundo a organização, mais de 1 milhão de hectares de florestas foram convertidos em campos de soja na Amazônia nos últimos anos. – *por Amália Safatle*





Discussão turbinada

O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo não se qualifica propriamente como um ambientalista. O físico José Goldemberg, nome sempre lembrado quando o assunto é energia, ainda vê nas grandes hidrelétricas e na cana-de-açúcar a saída energética para o Brasil, apesar de todos os impactos socioambientais atrelados. E explica por que a alternativa nuclear não é a melhor resposta para a demanda energética mundial, como insistem o governo americano e os interesses privados a ele relacionados.

POR **AMÁLIA SAFATLE**

ADIANTE: A energia nuclear está na pauta mundial em razão da alta do petróleo e da preocupação com o aquecimento global. Qual a sua opinião sobre o uso dessa energia? Pode ser uma alternativa ou não deveria ser de forma alguma usada diante dos riscos que apresenta?

JOSÉ GOLDEMBERG: A resposta a essa pergunta tem duas partes. Uma em relação ao mundo e outra em relação ao Brasil. Em relação ao mundo, a energia nuclear responde a um problema que não é o mais sério. O problema mais sério que a humanidade está enfrentando é relativo aos combustíveis líquidos para transporte. Um terço da energia usada no mundo é para transporte. Aproximadamente um terço das emissões de gases de efeito estufa vem do transporte. E a área de transporte é a que mais cresce no mundo.

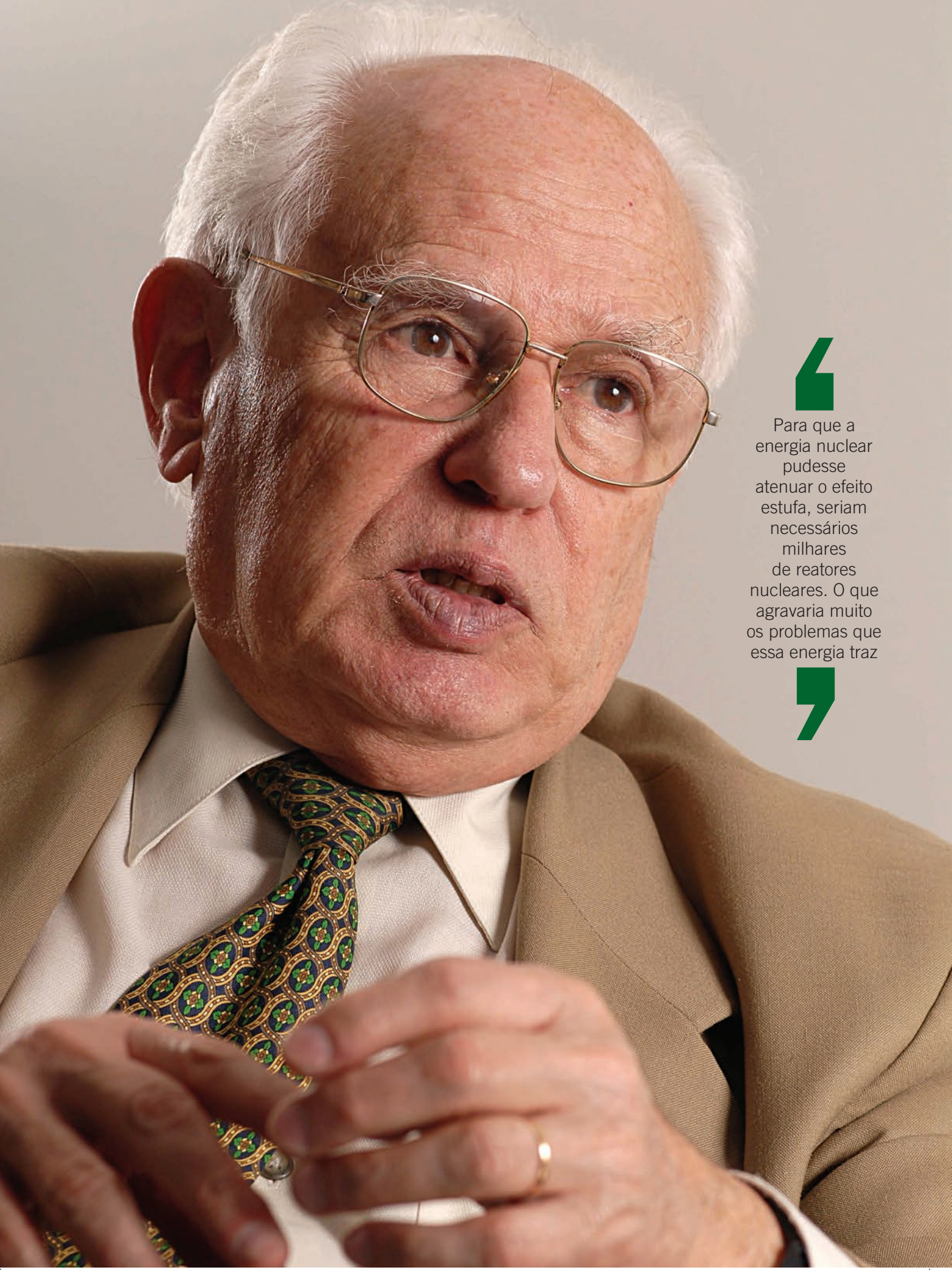
A: Por causa da China?

JG: Sim. Nos EUA existem 750 automóveis por mil habitantes, ou seja, praticamente todo mundo lá tem carro. E no resto do mundo não é assim. Na China e na Índia há dez, vinte automóveis por mil habitantes. Se esses países seguirem a direção que os EUA seguiram no passado, teremos uma explosão de transporte de locomoção. E automóvel acabou se tornando não só um meio de transporte, mas também alvo de status social, principalmente ligado a um sonho de consumo e a uma visão de mundo. Porque o carro te dá autonomia, uma liberdade, da qual as pessoas não vão abrir mão tão facilmente. Então a energia nuclear não responde a esse problema. Energia nuclear produz eletricidade, que não deixa de ser importante, porque eletricidade nos EUA, na China e na Índia, principalmente, é feita a partir de carvão, que emite gás de efeito estufa. Mas para que a energia nuclear pudesse atenuar o problema do efeito estufa, seria preciso um imenso programa nuclear. Seriam necessários milhares de reatores nucleares. E milhares de reatores nucleares iriam agravar muito os problemas que a energia nuclear traz, que são: o que fazer com os resíduos radioativos, o que fazer com a proliferação das armas nucleares e o que fazer com o risco de acidentes. Você pode dizer: os reatores nucleares são seguros. Não é o que a experiência mostra. O acidente de Chernobyl é sempre descrito como uma falha do sistema soviético, mas o de Three Mile Island não estava no sistema soviético, estava nos EUA, e aconteceu. E, para as pessoas que acompanham essa tecnologia, há uma grande quantidade de pequenos acidentes que acontecem também.

A: E não aparecem na Imprensa.

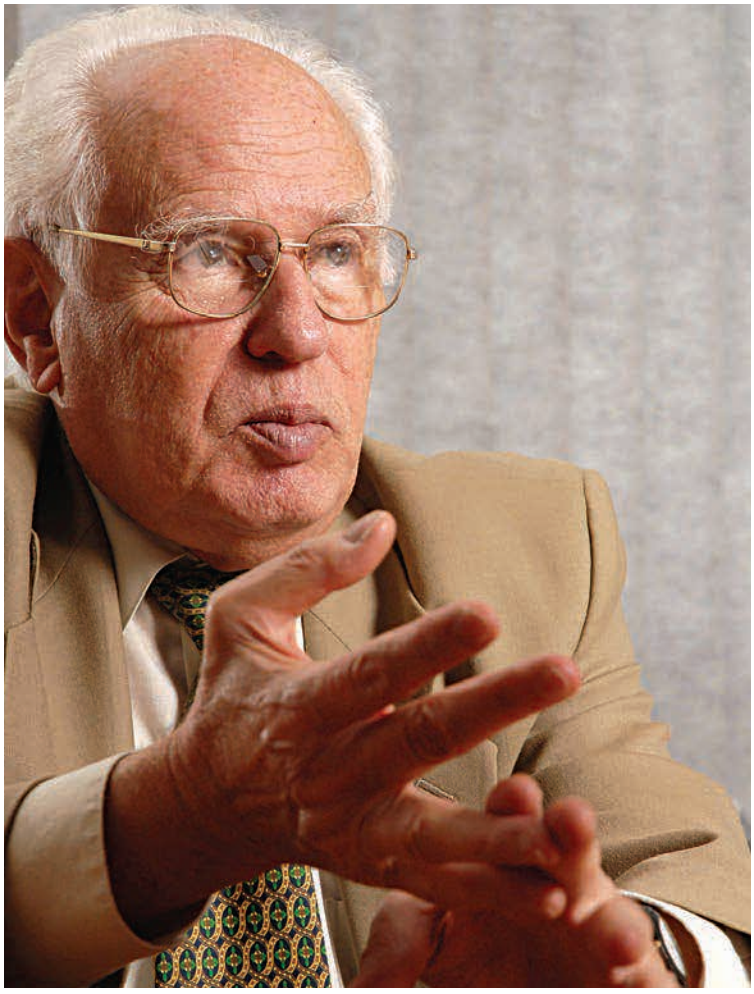
JG: Sim. E que acabam sendo controlados. O argumento que uso diante dessas questões é o seguinte: trens existem praticamente há 200 anos. Se há uma tecnologia dominada, essa é a do transporte ferroviário. E a prova disso é que os trens da Suíça funcionam rigorosamente no horário, e você pode até acertar seu relógio pelos trens. Acontece que de vez em quando tem acidente de trem na Suíça também, onde essa tecnologia existe há quase 200 anos, é um país altamente sofisticado, tem um pessoal altamente treinado... Vão dizer que podem acontecer acidentes com outras usinas, as hidrelétricas, por exemplo. Houve ocasiões em que o reservatório da hidrelétrica se rompeu, é verdade. Só que aí morreram 25 pessoas e foi inundada uma região que depois foi recuperada. A região em torno de Chernobyl é uma região de mais de mil quilômetros quadrados, ela está interditada, abandonada para o uso humano.

FOTOS: PEDRO BICUDO



> Para que a energia nuclear pudesse atenuar o efeito estufa, seriam necessários milhares de reatores nucleares. O que agravaria muito os problemas que essa energia traz

A: Então a nuclear não é uma boa alternativa no mundo todo?
JG: Não é. Desde 1985 que nenhum reator nuclear é iniciado nos EUA. Agora é que está sendo feito um esforço para reviver a energia nuclear. Para que a energia nuclear tivesse algum impacto no efeito estufa, seria preciso inaugurar um reator nuclear a cada semana. Então é uma idéia que não vai ter muito sucesso. Isso no mundo. No Brasil, em particular, claramente há outras opções: a hidrelétrica, que pode ser expandida no Brasil, e a da biomassa, que está sendo expandida. A energia da biomassa tem uma vantagem. Com ela temos produzido etanol, que tenta resolver o problema dos transportes, e com o bagaço da cana a gente gera eletricidade. Então a energia nuclear me parece que é uma opção fora das prioridades brasileiras. O que o Brasil pode fazer é acompanhar essa tecnologia lentamente, mas para isso nós já temos dois reatores nucleares, onde são treinados engenheiros dessa área.



A: Existe algum *lobby* a favor da energia nuclear mundialmente, ou nacionalmente? Quais são os interesses por trás da energia nuclear?
JG: Os interesses são muito grandes, mas, como praticamente não se construíram reatores nucleares nos últimos 20 anos, o *lobby* diminuiu muito. As grandes empresas, como a Siemens, a General Electric ou a Westinghouse, acabaram sendo vendidas para outras. Mas o governo americano – agora é o governo americano – está fazendo um esforço muito grande para dar um novo impulso à energia nuclear, por meio de subsídios.

A: Com quais interesses?
JG: Há setores industriais altamente interessados. São as "Halliburton" da vida, viu?

A: Quem define se o investimento em nuclear será levado adiante? É o governo americano?
JG: Quem tenta definir é o governo americano, por meio do Congresso, que não lhe é totalmente submisso. E naturalmente o que vai ocorrer dependerá da resistência das organizações não governamentais. Essa resistência vai ocorrer porque a ilusão de que a energia nuclear resolveria o problema do efeito estufa – que chegou a conquistar alguns ambientalistas – vem diminuindo.

A: A própria extração do urânio é poluente?
JG: Todo o ciclo do urânio produz poluição, a começar pelo fato de que o urânio é radioativo. Então eu acho que essa energia não terá um grande futuro. Além de questões econômicas: a energia nuclear ainda é mais cara do que outras opções.

A: O senhor falou em hidrelétricas e biomassa.



O *LOBBY* DA ENERGIA nuclear é comandado pelo governo americano e por empresas como a Halliburton

Quanto às hidrelétricas, o senhor disse que há a possibilidade de expansão dessa fonte de energia. Com isso o senhor quer dizer repotencialização de usinas já existentes ou construção de novas?
JG: Construção de novas usinas no Brasil.

A: Mas e o impacto socioambiental disso, que é muito grande?
JG: Ele precisa ser equacionado. É muito grande em alguns locais e não em outros. O Brasil tem cerca de 80 mil megawatts. Apenas um terço do potencial hídrico brasileiro foi explorado, e os impactos acabaram sendo equacionados. O problema é expandir equacionando os impactos.

A: Equacionando ou mitigando?
JG: Tomando providências para resolver os problemas. O principal problema no Brasil é a realocação das pessoas. Na Índia, qualquer lugar onde se queira construir uma hidrelétrica, existe grande quantidade de gente vivendo. Não é o caso do Brasil. Aqui existe o Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB. É um movimento muito... é... ativo. Envolve alguns milhares de pessoas. Mas esses problemas são administráveis, é possível realocar as pessoas. Se você não puder fazer energia hidrelétrica, você vai acabar fazendo energia nuclear? A meu ver é pior. Há padrões de construção de usinas hidrelétricas estabelecidos por uma comissão chamada Comissão Internacional de Barragens.

A: Da qual o senhor faz parte?
JG: Sim, essa comissão encerrou seus trabalhos e produziu um relatório. Eu acho que seguir os procedimentos indicados nesse relatório resolveria muitos dos problemas que estão impedindo o desenvolvimento de hidrelétricas no Brasil.

A: Quais são os principais procedimentos?
JG: Em primeiro lugar, levar em conta o interesse das pessoas que precisam ser realocadas. Depois há o problema das tribos indígenas, porque não se pode realocá-las, porque são culturas antigas, e nesse caso é preciso desenhar as usinas de modo que não inundem as áreas habitadas por indígenas. Em alguns casos é possível.

A: E quanto ao impacto ambiental, à perda de biodiversidade?
JG: Está se perdendo muito mais biodiversidade permitindo que 25 mil quilômetros quadrados de Amazônia sejam derrubados todos os anos. Uma usina hidrelétrica não vai inundar 25 mil quilômetros quadrados. Ela provavelmente inundará mil quilômetros quadrados no máximo e terá um impacto na biodiversidade muito menor do que o que está ocorrendo na Amazônia hoje. Veja, como secretário do Meio Ambiente, não sou propriamente um ambientalista ferrenho.

A: Mas é preciso comparar a energia hidrelétrica com outras fontes de energia, as alternativas, por exemplo.
JG: Elas estão andando, existe o Proinfa, que é um bom programa, que permite gerar parte da energia elétrica com a energia do vento, da biomassa e de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A: Que corresponde a muito pouco do total de energia gerada no País.
JG: Porque o Brasil não é dotado de um regime de ventos muito favorável.

A: Mas de radiação solar, sim.
JG: Sim, mas a tecnologia de converter a energia solar, que tem uma densidade muito baixa, em energia que possa ser usada em grandes cidades não é uma coisa trivial.

A: Isso não é uma questão de investimento? Se há interesse, você consegue dinheiro para investir e, investindo, você desenvolve uma tecnologia economicamente viável.
JG: É claro que sim, outros países estão tentando isso. Isso se conseguiu com a energia eólica. A fotovoltaica ainda não é competitiva. É preciso continuar investindo, e ela acabará ficando viável.

> Seguir os procedimentos indicados pela Comissão Internacional de Barragens resolveria muitos dos problemas socioambientais que impedem o desenvolvimento de hidrelétricas no Brasil

HÁ UMA SUSPEITA de que os produtores europeus levantam o problema da biodiversidade na plantação da cana-de-açúcar para barrar o etanol brasileiro



A: Qual é a tendência para a matriz energética no mundo. É um mix?
JG: Seguramente. No mundo,13% da energia que é usada é renovável. Apenas. Depois tem uns 7% de energia nuclear, e 80% são combustíveis fósseis, principalmente carvão. O carvão vai durar muito tempo, é um grande problema, então substituí-lo é um grande problema. Mas o petróleo e o gás vão acabar se exaurindo, daí a urgência de expandir o uso de energias renováveis.

A: Tecnicamente energia hidrelétrica é renovável? Ela depende de um regime de chuvas que é afetado pelo homem, pelo efeito estufa.
JG: (risos) Até o mundo secar vai demorar uns 300, 400 anos...

A: Até lá é renovável...
JG: (risos) Até lá é renovável. Mas, veja, o que se entende por renovável é uma geração. Não dá para pensar em mais que uma geração. E energia hidrelétrica é claramente renovável se ela for utilizada de maneira racional. Se você fizer como foi feito em Balbina, inundar uma área imensa, então ela realmente acaba não tendo sentido. Mas Itaipu é uma hidrelétrica magnífica, Xingu é uma hidrelétrica magnífica, onde a área inundada é muito pequena em relação à energia gerada. Mas não há nenhuma solução absoluta, essa colocação de que toda solução tem um problema é verdade.

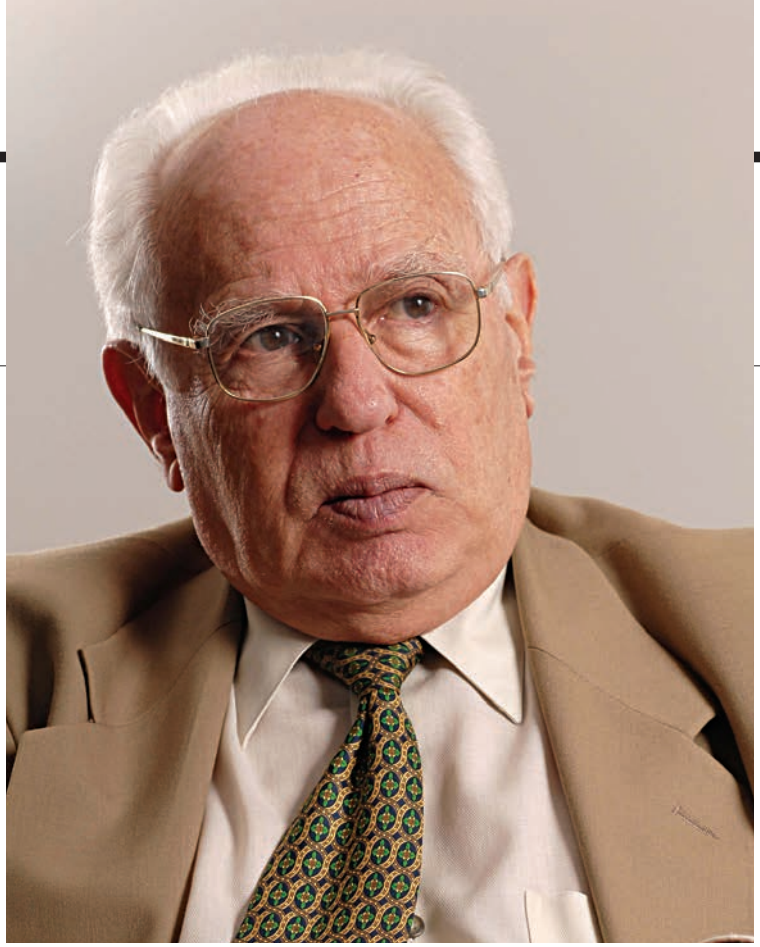
A: A solução seria não aumentar o consumo de energia.
JG: É claro, mas isso aí depende... É como o cristianismo, que propôs eliminar os males do mundo através da reforma do ser humano. Cristo teve sucesso, isso durou uns mil anos. Mas mudar os padrões de consumo é uma meta muito difícil de ser atingida em sociedades altamente heterogêneas, desiguais em termos de distribuição de renda.

A: Voltando à biomassa, que o senhor citou como grande alternativa brasileira em energia para transportes e para eletricidade. Isso não aumenta os riscos da monocultura, com uso em grande escala da soja e da cana-de-açúcar?
JG: O programa do biodiesel no Brasil é um programa de agricultura familiar, não é um programa energético. O problema da biodiversidade eu vou colocar em perspectiva para você. Aqui no Estado de São Paulo, as culturas – café, soja, feijão, laranja etc. e tal – cobrem cerca de 8 milhões de hectares. Então, se você está preocupado com a biodiversidade, deveria se preocupar com a cultura de laranja, ou de café. Nunca vejo ninguém reclamar da cultura de café, e agora estão pegando no pé da cultura de cana-de-açúcar, que é um primo pobre no que se refere à ocupação da terra. A suspeita que nós temos é que na Europa está se tentando levantar o problema da biodiversidade no caso da cana-de-açúcar para evitar que os países importem nosso etanol, que é muito melhor e mais competitivo do que o produzido por eles a partir da beterraba, que custa o dobro do brasileiro.

A: E a soja? Ela tem um impacto grande.
JG: Sim, sobretudo porque está avançando na fronteira da Amazônia. Isso é algo que precisa ser equacionado efetivamente.

A: E o programa do biodiesel pode incentivar esse avanço da soja.
JG: Como a agricultura familiar é uma coisa muito complicada, o programa do biodiesel vai salvar os produtores de soja. À medida que o preço da soja no mercado internacional cai, e tem ocorrido isso, o biodiesel encoraja a produção na Amazônia. Isso, sim, é condenável e tem de ser evitado.

A: Falando sobre Amazônia, o senhor defende metas de redução de emissões de gases de efeito estufa também para países não-anexo 1, não é? Que metas deveriam ser essas?
JG: Essa é minha posição em relação a mudanças climáticas. A Convenção do Clima e o Protocolo de Kyoto estabeleceram metas de redução para países industrializados, e não para os em desenvolvimento. Isso tem sido usado como desculpa para a inação.



E o Brasil é um dos grandes emissores mundiais de carbono em função do que está ocorrendo na Amazônia. Não é que o Brasil deveria ser obrigado a ter essas metas, ele deveria voluntariamente fazer isso, porque estaria ajudando a resolver não só um problema global como um nacional.

A: E como o governo conseguiria reduzir esse desmatamento?
JG: Vou dar uma resposta extremamente arrogante. Aqui no Estado de São Paulo nós estamos conseguindo recuperar a cobertura florestal. Temos um processo de licenciamento, de modo que você não pode construir nada que envolva a derrubada de florestas sem autorização dos nossos departamentos, o DPRN. E, depois, nós temos uma polícia ambiental com 2 mil homens que fiscaliza a aplicação das licenças.

A: É com comando e controle, então?
JG: É. Há uma presença do poder público em São Paulo, por isso a resposta é arrogante. O que é preciso fazer na Amazônia é criar uma presença de Estado.

A: E quanto às iniciativas de exploração sustentável?
JG: Todas as tentativas de exploração sustentável são elogiáveis e boas, mas não têm tido resultado. Enquanto a gente fala nessas coisas, o desmatamento avança. Agora era uma boa época de tentar aplicar o sistema de comando e controle.

> Tentativas de exploração sustentável são elogiáveis. Mas enquanto a gente fala nisso, o desmatamento na Amazônia avança. Agora era uma boa época de se aplicar o sistema de comando e controle

A: Mas para isso precisa de efetivo, precisa de dinheiro do Estado...
JG: Em São Paulo tem. Por que no Brasil não teria? O orçamento da Secretaria do Meio Ambiente, em São Paulo, é de 1% do orçamento do estado. Com 1% a gente faz isso que acabei de explicar. Não vejo por que o governo federal não coloca 1% do seu orçamento na proteção da Amazônia.

A: O senhor faria alguma avaliação da atuação do governo federal na área ambiental?
JG: O governo federal tem criado parques, isso é uma coisa boa, só que a criação de parques e unidades protegidas não é seguida de medidas concretas para protegê-los. São parques de papel. Essa é uma coisa. O que o governo fez com as florestas para exploração sustentável é uma idéia interessante. No resto, eu não vejo grande sucesso.

A: Não é porque o Ministério do Meio Ambiente parece atuar isolado das questões nacionais?
JG: Exatamente. Ele articula idéias interessantes, só que o ministério, assim como a Secretaria do Meio Ambiente, não tem os instrumentos para fazê-lo. Quem tem os instrumentos é o Ministério da Agricultura, o Banco Central. Eu acredito que, se o Banco Central cortasse os créditos, por exemplo, para muitas das pessoas que estão desmatando a Amazônia, o desmatamento cairia. É o instrumento creditício. A linguagem do Ministério do Meio Ambiente tem uma retórica adequada, mas que não é acompanhada de ação adequada.

A: O governo do estado tem o programa de licitação sustentável. Ele tem funcionado?
JG: Está começando a funcionar, essas coisas demoram. O que há é que o Estado não é um grande comprador. É bom não ter ilusões. O setor privado é o maior.

retrato

PETROIL LUBRIFICANTES IGO LTDA
PETROIL
Lubrificantes IGO Ltda
RECOMENDAÇÕES
ARMAZENAR EM LOCAL COBERTO MANTER A EMBALAGEM FECHADA
APLICAÇÃO
MOTORES A DIESEL
FABRICAÇÃO
27/10/1998
VALIDADE
INDETERMINADA



DO SAMBAQUI AO PETRÓLEO

FOTO: EDUARDO MORAES

Uma pegada retorcida da civilização atual nas areias brancas do estuário. A Ilha do Cardoso, no sul de São Paulo, virou parque para proteger um ecossistema de diversidade inestimável, cercado de um lado pelo oceano e de outro, pelo manguezal. Mesmo assim, o homem continua deixando sua marca. Antes eram os sambaquis. Agora é o lixo que os navios lançam ao mar. Nos retratos desta edição, um olhar para o rastro que o homem contemporâneo deixa atrás de si e a natureza não consegue digerir.



De espírito presente

A CRISE A QUE A HUMANIDADE CHEGOU EXIGE MAIS QUE RESULTADOS SOCIAIS E AMBIENTAIS. É PRECISO PROMOVER UM AVANÇO CIVILIZATÓRIO

POR **AMÁLIA SAFATLE**

Às margens do Rio Amazonas, no oeste do Estado do Pará, os moradores de Juruti, rodeados pela selva amazônica e pelos igarapés, vivem uma expectativa.

Logo, logo, milhares de homens vão chegar e imprimir um novo ritmo em seu tempo e em suas vidas. Bem perto dali, homens e máquinas da Alcoa Inc. preparam-se para retirar bauxita dos 280 milhões de toneladas que dormem embaixo da terra da floresta, e em seguida transformá-la em alumina e alumínio. Tudo o que os ribeirinhos sabem é que nada sabem em relação ao próprio futuro e ao da região.

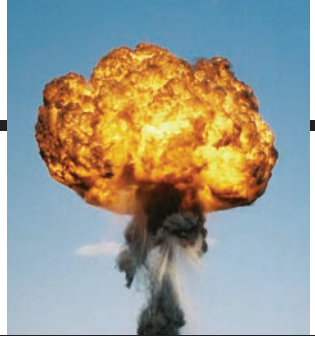
O Brasil é cheio de histórias nas quais o homem desfaz a natureza e diz que tudo vai mudar. O progresso ensinou que é assim e ponto. Mas algo diferente acontece desta vez, e indica que os velhos paradigmas, ainda que lentamente, começam a ficar para trás.

A Alcoa quer a licença para operar e, de forma muito pragmática, busca aliar seus interesses econômicos aos cuidados sociais e ambientais que a sociedade de hoje exige. Com isso, reza a cartilha que a empresa atende ao chamado tripé da sustentabilidade – o *triple bottom line*, que persegue resultados economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente adequados.

O presidente da empresa, Franklin Feder, quis que toda a diretoria aterrizasse em Juruti para conhecer a comunidade, olho no olho, e não atrás de um guichê de negociações. Feder buscou ouvir de organizações não governamentais e até da academia informações e conselhos que o ajudassem a lidar com as mudanças provocadas por essa interação entre o empreendedor e a comunidade. Mudanças que não só os ribeirinhos desconhecem e por isso temem – os executivos também.

Ainda que a empresa, seus engenheiros e seus técnicos não se dêem conta, uma rede de relações





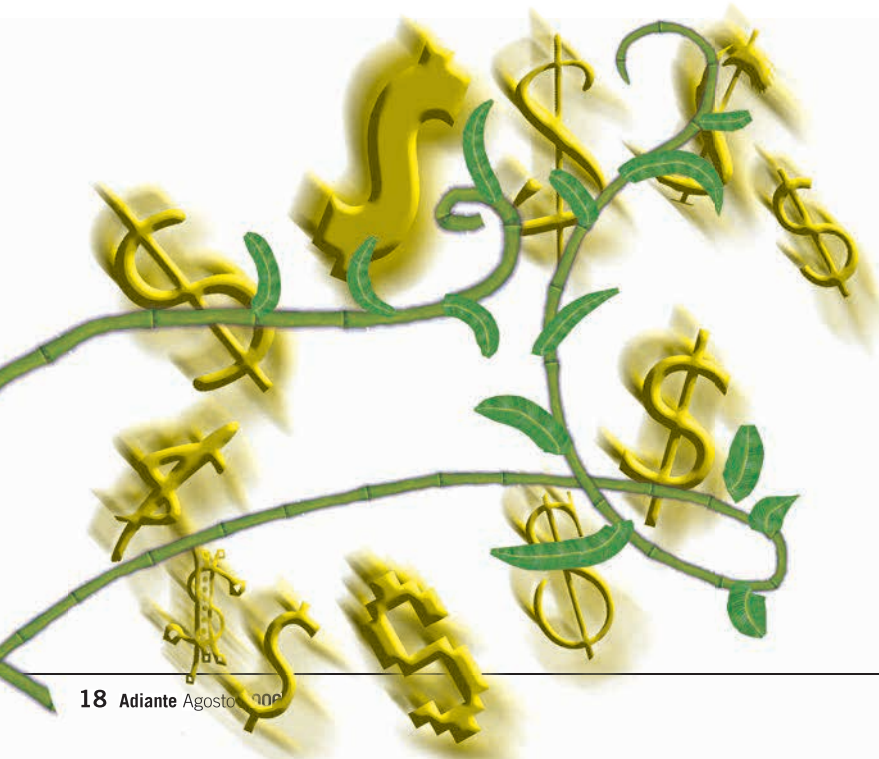
COM A CRIAÇÃO DAS armas de destruição em massa, as conseqüências negativas da crise da humanidade tornaram-se mais visíveis

acabou se formando em torno do projeto Juruti – pessoas da comunidade, sociólogos, empresários, engenheiros, acadêmicos, representantes do governo. A situação tornou-se mais rica em complexidade, exposta a conflitos e dificuldades que em outras épocas seriam abafadas pela postura do mais forte que impõe suas regras.

O *case* Juruti talvez sirva para exemplificar que um novíssimo componente começa a ser exigido dos agentes do setor privado, cobrando-se uma atuação mais ampla e desafiadora que o conceito do *triple bottom line* encerra. Nessa atuação, não basta buscar os lucros em atendimento às exigências sociais e ambientais, apenas em busca da "licença para operar", se não houver uma consciência, ou um valor moral, que mova as pessoas a preservar as relações humanas e a vida na Terra.

A CRISE SOCIAL, AMBIENTAL E MORAL DIZ RESPEITO NÃO SÓ AO MODELO ECONÔMICO E SEUS AGENTES. ENVOLVE TAMBÉM OS CIDADÃOS, OS GOVERNANTES, OS POLÍTICOS

Há quem chame isso também de emoção social ou de ativo espiritual. Expressões que não descem muito pelas gargantas engravatadas, assim como os termos social e ambiental também não desciam poucos anos atrás e que hoje não saem da boca dos empresários.



PAPEL PROATIVO

Nas palavras de Mauricio Born, gerente de meio ambiente, saúde e segurança da Alcoa, todo o processo que envolve o projeto Juruti tem funcionado como uma espécie de *wake up call*, um chamado para despertar.

"O projeto nos ajudou a perceber coisas novas. Primeiro que não pode haver empresa sustentável em uma sociedade que não é sustentável. Em segundo ligar, mostrou que o conhecimento, a sensibilidade e a inteligência estão fora da empresa, encontram-se nas universidades, nas organizações não governamentais, nas comunidades. Não chamo isso de consciência porque não é uma mudança consciente. É uma mudança de paradigma que nasce da sociedade, e que a companhia busca atender", diz.

As empresas em geral apenas se movem para atender às demandas do mercado, mas desta vez espera-se que exerçam um papel mais proativo. Uma das pessoas envolvidas no projeto Juruti é Maristela Bernardo, socióloga, jornalista e consultora do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para ações junto ao projeto.

Maristela enfatiza que hoje estão em questionamento o uso do poder, o futuro, as condições básicas de vida. "As mudanças climáticas, antes consideradas delírio dos ambientalistas, serviram para alertar que as mudanças que provocamos podem ser para pior, e em grande magnitude", exemplifica. Com isso, o papel do setor privado é cada vez mais colocado em xeque.

Especialistas no tema da sustentabilidade ouvidos nesta reportagem, entre os quais Tamas Makray, ex-presidente da empresa de engenharia Promon e diretor da Willis Harman House, são



praticamente unânimes em afirmar que o setor privado, em geral um dos mais conservadores da sociedade, terá papel fundamental na promoção das mudanças necessárias para que a humanidade, movida por valores morais, supere a mais grave crise de que se tem história.

Essa crise não diz respeito apenas ao setor privado, mas aos governos, ao cidadão, ao político, ao policial, ao fiscal que cobra propina, ao contribuinte que paga a propina, aos Estados que promovem guerras e invasões.

Na opinião do teólogo Leonardo Boff, "é da natureza do ser humano ser sapiente e demente, viver na tensão entre o projeto da convivência e da fraternidade e o projeto da auto-afirmação e da exclusão", que produziu o colonialismo, o escravagismo e o genocídio das populações indígenas. Segundo ele, 5 mil anos atrás não havia conseqüências negativas tão visíveis.

Mas, na medida em que essa segunda opção ganhou hegemonia, até o ponto de se criarem as armas de destruição em massa, a situação tornou-se dramática em todas as instâncias: ambiental, social, moral e espiritual.

De acordo com Makray, o visionário Willis Harman, um dos fundadores da World Business Academy, dizia que essa transformação na organização da sociedade tem de se dar necessariamente pelo *business*, pois o setor privado é



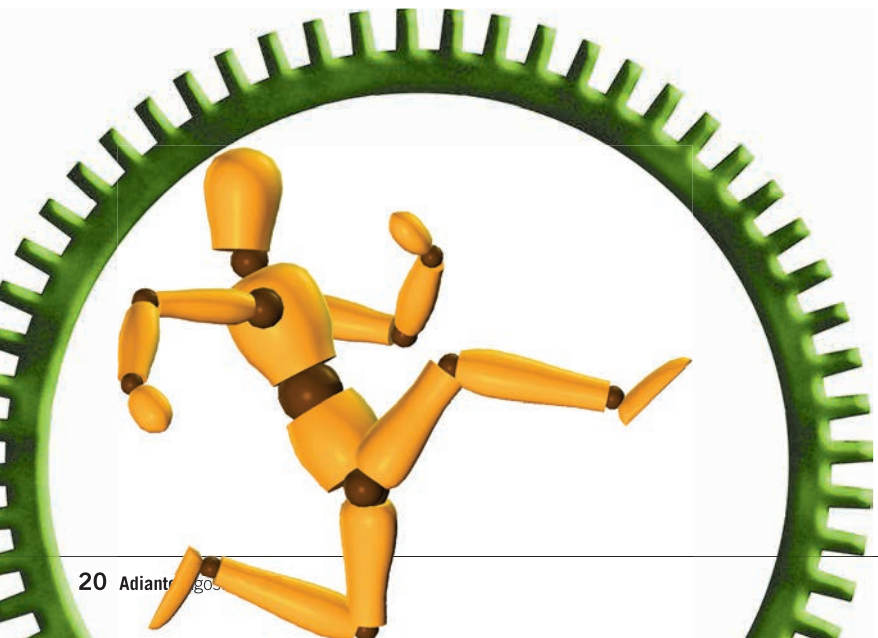
O USO DE RECURSOS
e serviços naturais já está 23% acima da capacidade de reposição da Terra, informa o Worldwatch Institute em seu último relatório

a única instituição forte, flexível e internacional que sobrou no mundo. E com isso, a transformação atingiria outras instâncias da sociedade.

Homero Santos, consultor ligado ao Uniethos, explica que trabalha especialmente com as organizações privadas porque toda a desorganização que se deu na relação entre o homem e a natureza, e também entre o próprio homem, deveu-se à adoção de um modelo econômico equivocado. Esse modelo é movido apenas pela lógica do crescimento, na qual se privatiza o lucro e se socializa o prejuízo, e que se baseia na maximização da vantagem pessoal. São as organizações privadas as grandes operadoras desse modelo econômico. "Como diz Peter Drucker, vivemos não sob a era atômica, mas sim sob a era das grandes corporações", afirma.

A INICIATIVA PRECISA PARTIR DO SETOR PRIVADO, PORQUE SÓ ELE É CAPAZ DE PROVOCAR TRANSFORMAÇÕES RÁPIDAS E EM LARGA ESCALA

Indicadores mostram que o modelo econômico vigente conduz o mundo a uma encruzilhada. No mês de julho, o Worldwatch Institute, em seu relatório anual *Vital Signs 2006-2007*, informou que a concentração de gás carbônico na atmosfera pode ser parte de um processo sem precedentes, e que o uso de recursos e serviços naturais já está 23% acima da capacidade de reposição do planeta.



Não por acaso, começam a pipocar estudos sobre o futuro da vida na Terra. Ervin Laszlo, fundador do Clube de Budapeste – associação que reúne cientistas, escritores, empresários, líderes políticos e espirituais , lançou há poucos meses um livro chamado *The Chaos Point: The World at the Crossroads*, no qual estima que até por volta de 2012 ainda haverá tempo de promover transformações que impeçam o planeta de sofrer um processo irreversível de declínio. Depois disso, não mais.

MUDANÇA NÃO, REVOLUÇÃO

Diante da gravidade do quadro, fala-se na necessidade de uma revolução. "Revolução é a palavra certa, porque é preciso chacoalhar, mudar rapidamente os paradigmas", diz Makray. "Essa crise somente será superada se houver uma nova maneira de organizar a vida e os sistemas. Não vamos resolver isso com mais do mesmo. A crise exige uma mudança revolucionária", afirma Maristela.

Thais Corral, coordenadora da organização não governamental Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), é da mesma opinião: "Albert Einstein dizia que os problemas não podem ser solucionados com o mesmo nível de consciência que os criou. É preciso, então, uma supertransformação para mudar o modelo em que vivemos, marcado pela dominação da natureza e pela subjugação da diversidade e das mulheres", afirma.

"Essa transformação precisa ser individual e ao mesmo tempo sistêmica, a partir de redes de indivíduos que inter-relacionem todas as partes de uma problemática."

A boa notícia, diz Thais, é que há um ambiente fértil para essas idéias, e a área na qual há maior abertura para isso é a empresarial. Não que seja fácil mudar a visão do mundo do setor



privado de uma hora para outra. Mas surgem sinais de que o mundo dos negócios começa a já não ver tanto sentido na busca desenfreada pelo crescimento e pelo sucesso profissional a qualquer custo.

Para se ter idéia, a revista *Exame,* que sempre deu voz ao *business as usual*, recentemente publicou uma reportagem de capa na qual mostra que isso faz mal à saúde. Segundo Thais, não deixa de ser um ponto de partida para questionar o sentido de se produzir e de se consumir indiscriminadamente, quando os mais bem-sucedidos executivos acabam morrendo do coração.

De acordo com Leonardo Boff, ninguém gosta, espontaneamente, de mudar. Por isso a tendência é prolongar o paradigma vigente enquanto ele ainda traz vantagens às classes dominantes.

"Mas chega um momento em que o paradigma não tem mais condições de oferecer alternativas e de criar sentidos novos para viver. Diz-se que o ser humano não aprende nada da história, mas aprende tudo do sofrimento. Quanto o sofrimento atingir as classes dirigentes e elas perceberem que ou mudam ou desaparecem, aí então começam a aparecer outras formas de viver e organizar a sociedade. Sou da opinião de que este momento não está longe, dada a difusão generalizada da crise de civilização que tomou conta da humanidade", afirma.

No livro *Meio Ambiente no Século 21*, Boff cita os antropólogos Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz, segundo os quais, quando um paradigma civilizatório entra em crise, a espiritualidade emerge. E o que é espiritualidade?

"Tudo o que tem a ver com a experiência do ser humano antes que esta se organize em ordem e sistema, em saber e instituição", explica. Assim, é uma maneira de vislumbrar um novo sentido para a civilização e a partir daí reordená-la, retirando-a do caos.

Hoje, para a maioria das empresas, sua razão de ser é dar lucro e remunerar seus acionistas. Mas, segundo Makray, é preciso lembrar que historicamente as empresas foram criadas para atender as demandas da sociedade. "No início nasceram com o objetivo de atender a necessidades de suas aldeias, de suas vilas, cidades. E hoje têm de atender à humanidade. O ex-presidente da GM, Alfred Sloan, dizia em 1926: '*The business of business is business*' (O negócio do negócio é o negócio). Willis Harman emendou: '*The business of business is not only business*' (O negócio do negócio não é apenas o negócio)".

> É preciso de um mínimo de emoção social, de amor ao mundo, para reinventar a si mesmo e a sociedade



Para Maristela, quando o *business* passa a existir não só pela busca do lucro e ganha outros *nexus*, passa a estar na ponta de um avanço civilizatório, fica maior do que era, transcende seus limites. Com isso, seus executivos também crescem juntos, em termos de satisfação pessoal e de aventura humana sobre a Terra.

A seu ver, só pode ser esse o futuro das empresas e dos empresários. "Essa é a evolução necessária, que não vai ocorrer pelo avanço da tecnologia, nem pelo crescimento econômico, nem pelo aumento do poder político: é preciso um mínimo de emoção social, de amor pelo mundo, para reinventar a si mesmo e a sociedade", declara.

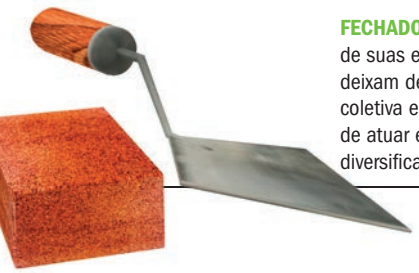
AUTO-REPRODUÇÃO DO PODER

Para os governos tudo isso é também muito válido. "O que se vê hoje é uma política voltada para a auto-reprodução do poder existente, para a sua manutenção. O que faz a diferença entre o governante e o estadista é que o primeiro quer manter o seu cacife, e o segundo age em prol do coletivo", diz.

Quando a empresa ou o governo "se emocionam", eles se desarmam, passam a entender o lado do outro, fundem-se com o outro. Para Maristela, é isso que dá sentido ao conceito da sustentabilidade e tem a força capaz de quebrar paradigmas: buscar a solução que atenda a seu interesse e do outro ao mesmo tempo.

"Pode até ser que a empresa não ganhe tudo o que podia no momento, mas é preciso lembrar que o ganho concentrado é mais facilmente bombardeado pelos interesses contrariados, levando a um risco maior do empreendimento."

Fechados entre os muros de suas empresas, os executivos deixam de participar da vivência coletiva, o que os leva à solidão, avalia a consultora. Os executivos de sucesso, por exemplo, têm todos os seus critérios de satisfação atendidos, mas sentem uma profunda carência, porque lhes falta desenvolver a sensibilidade, a emoção com



FECHADOS ENTRE OS MUROS
de suas empresas, os executivos deixam de participar da vivência coletiva e perdem a habilidade de atuar em um mundo mais diversificado e complexo

as questões coletivas e sociais.

"A dificuldade de linguagem que os executivos enfrentam quando estão em contato com pessoas de outros meios e ou outros níveis sociais evidenciam como a sua aventura humana está sendo desperdiçada", diz Maristela. "O que eu ganho me abrindo para a sociedade? No mínimo, aprendo a me virar em um meio heterogêneo, ganho habilidade, pois o mundo é mais diversificado, exige flexibilidade, capacidade de absorver mudanças, diferenças. Ganho não só em termos de conhecimento, como também uma função menos mecânica para executar."

A partir do projeto Juruti, Born, gerente da Alcoa, percebeu que a maior divergência entre o pensamento empresarial e o das comunidades é a noção de tempo.

"Nós, da empresa, agimos em cima de planejamento e controle. Já as pessoas da comunidade dizem que só vão estar prontas para as mudanças provocadas pelo empreendimento na região em pelo menos dez anos. O descompasso fica ainda maior diante daquela turma na empresa que precisa apresentar resultados e cumprir prazos. O acionista também não quer esperar", diz. O conflito, portanto, apresenta-se muito claro.

Carlos Eduardo Lessa Brandão, coordenador do Centro de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), afirma que a regra do jogo empurra o empresário a dar lucros de curto prazo.

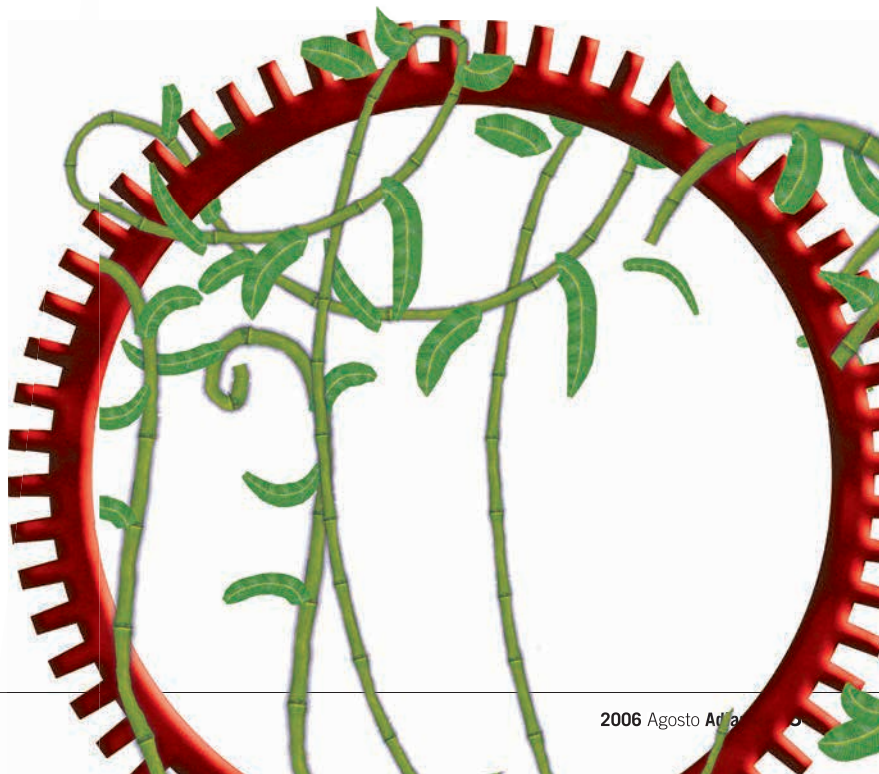
"Ele não pode simplesmente dar um cavalo-de-pau. O *bottom line* mais importante, como diz John Elkington, é o ambiental, porque tudo está inserido nele. Mas, quando eu entro na empresa, a forma como meço os resultados é a econômica, e a primeira responsabilidade da empresa é dar lucro aos acionistas", diz Brandão.

Para Brandão, é complicado falar em valores morais, éticos e espirituais porque moral não tem um autor, tudo depende do grupo em que você está. "Moral é tudo aquilo que faz sentido para a perpetuação do seu grupo. Por exemplo, se o meu grupo é formado apenas por mim, eu não preciso me preocupar com o que vai acontecer ao mundo daqui a 50 anos. Prefiro falar em responsabilidade e integridade, e não em moral e em ética, porque como vamos saber o que é certo ou errado?", questiona.

Na opinião de Homero Santos, é possível, sim, construir um código de ética, assumindo o maior valor que existe, que é o da vida. O antiético, portanto, é o que vai contra a vida, diz. E vida é um conceito espiritual. É preciso não confundir com o conceito de Deus, porque aí nesse campo entram as religiões, e a sociedade começa a se desagregar novamente.

O QUE FAZ A DIFERENÇA ENTRE O GOVERNANTE E O ESTADISTA É QUE O PRIMEIRO QUER MANTER SEU CACIFE, E O SEGUNDO AGE EM PROL DA COLETIVIDADE

Makray critica a banalização do conceito de ética no setor privado. "Na última conferência do Ethos, falou-se em responsabilidade social como se fosse a salvação do mundo. Na verdade, é o mínimo de obrigação. Exceções à parte, as





OS VALORES HUMANOS podem até não sensibilizar os agentes do setor privado, mas acabam levando a bons resultados econômicos, segundo a pesquisa *Best Place to Work*

empresas usam a responsabilidade social para fazer um marketing daquilo que não são", afirma. "Se as empresas considerassem realmente essencial a responsabilidade socioambiental, cada uma calcularia e divulgaria a sua pegada ecológica nos relatórios anuais, mas isso elas não fazem."

Para Homero Santos, as empresas, de modo geral, falam em planos para o futuro, estabelecem planejamento para os próximos 20 anos, mas agem sempre pensando no ano que vem, porque os bônus são anuais.

"As transformações não acontecem porque as pessoas não querem abrir mão de seus ganhos, porque vivem em um coletivo que está todo fragmentado. A questão é que a soma dos ótimos individuais não é igual ao ótimo global", relata.

Ken O'Donnell, presidente do Instituto Vivendo Valores, observa que a mudança de visão está acontecendo no setor privado de forma muito lenta e tardia. E que os executivos que estão à frente desse processo de transformação não conseguem reunir as forças necessárias diante da avalanche de informações e de carga de trabalho que o atual sistema impõe.

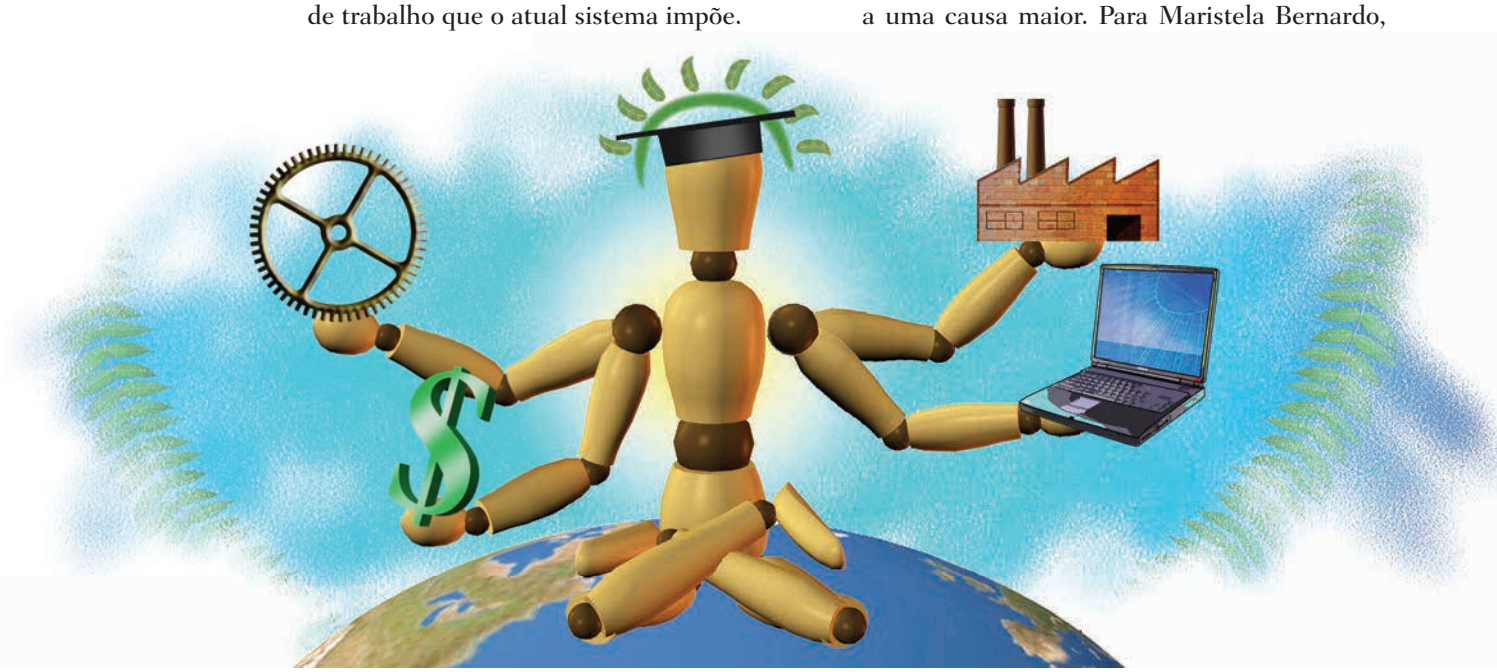
> As empresas falam em planos para os próximos 20 anos, mas agem sempre pensando no ano que vem, porque os bônus são anuais

"Essas pessoas estão esgotadas, estressadas e frustradas porque não conseguem promover a transformação. Enquanto isso, os executivos se perdem em reuniões longas e improdutivas, que justamente são longas e improdutivas porque cada qual quer impor sua opinião sobre o outro", afirma O'Donnell.

Os valores humanos e espirituais podem até não sensibilizar os agentes do setor privado, mas acabam levando a bons resultados econômicos, informa a pesquisa *Best Place to Work*.

"A começar pelo fato de que, ao se criar um clima harmonioso dentro das empresas, reduz-se o custo operacional: a rotatividade diminui, caem os custos para formação de talentos, os melhores candidatos aparecem para trabalhar, há menores custos médicos e maior produtividade. Além disso, a criatividade e a inovação só florescem em ambientes livres, não tirânicos", afirma O'Donnell.

Segundo Thais Corral, a cada dia as empresas se dão conta de que precisam atrair funcionários com perfil empreendedor, que buscam sentido no que fazem, por meio de atividades ligadas a uma causa maior. Para Maristela Bernardo,





existe uma demanda para que as empresas se abram mais, para buscar a modernização e a adequação aos novos tempos. Essa abertura leva a ganhos de marketing e de imagem, e promovem a legitimação e a validação do seu negócio. "Tudo isso acaba se revertendo em faturamento", explica.

É por isso que Tamas Makray fala em ativo espiritual, ou seja, a espiritualidade gera um valor para a empresa. "Nos anos 70, havia meia dúzia de grandes empresas de projetos de engenharia que coexistiam com a Promon. Fomos uma das poucas sobreviventes", pondera.

Makray atribui essa resistência ao seu ativo espiritual, a seus valores e princípios, descritos em uma carta divulgada ao público pela empresa já em dezembro de 1970, a *Carta de Campos do Jordão*.

Nessa carta, a obtenção de lucro foi colocada não como objetivo, e sim como um meio necessário para a empresa manter-se viva e permitir a realização pessoal e profissional de seus funcionários. "Em geral, as grandes companhias de engenharia subiram com o seu fundador, e declinaram com a morte dele, mostrando que não eram sustentáveis", relata.

FEITAS PARA DURAR

Já para Brandão, do IBGC, as empresas que duram mais são as que identificam seus valores e agem de acordo com eles. "É o que demonstra James Collins, autor do livro *Built to Last: Successful Habits of Visionary Companies*", afirma.

Ele cita também Bob Willard, autor dos livros *The Next Sustainability Wave* e *The Sustainability Advantage*. Willard identificou cinco estágios de adoção de práticas de sustentabilidade.

No primeiro, as empresas nem chegam a cumprir as leis. A pressão regulatória leva ao segundo estágio, que é o do cumprimento legal. Com a ameaça da regulação e a crise de relações públicas, atinge-se o estágio três, em que o setor privado vai além do cumprimento das leis. Ao perceber que se abrem oportunidades de negócio e se minimizam os riscos, atinge-se o estágio quatro, que é o da sustentabilidade como ferramenta de gestão e de estratégia de negócios. Um quinto estágio é atingido quando, além disso, o fundador, ou o presidente da empresa, age sensibilizado por causas morais.

EXISTEM DIVERGÊNCIAS SOBRE O QUE LEVA AS EMPRESAS A DURAR MAIS: SÃO AS QUE POSSUEM UM 'ATIVO ESPIRITUAL' OU AS QUE APENAS AGEM SEGUNDO OS SEUS VALORES?

"Talvez no estágio quatro a empresa dure mais do que no cinco, porque neste caso ela se torna muito personalista, e despende muita atenção com o que não é o objetivo do negócio. No quinto estágio, se incorporar demais a preocupação com os resultados que não são econômicos, pode até quebrar", argumenta.

Thais Corral, embora otimista com a abertura do setor privado em relação a uma nova visão do mundo, pensa que a transformação será lenta e gradual. "Acredito que sofreremos um agravamento da crise, ela se tornará mais sistêmica. O processo será crítico, mas há pessoas no mundo preparadas para enfrentá-lo", diz.

artigo



FLAVIO LOBO
é jornalista
flaviolobo@uol.com.br

Entre João e **Marcola**

POR **FLAVIO LOBO**

Meus passos ecoavam numa Avenida Paulista fantasmagórica. Antes das 9 da noite, o cenário era de 4 da manhã. Na segunda-feira 15 de maio, o rush começara logo depois do meio-dia. Enquanto espalhavam-se notícias e boatos sobre ataques do PCC, milhões de paulistanos voltavam para casa horas antes do habitual.

No início da tarde, juntara-me ao fluxo congestionado dos cidadãos em retirada. Durante mais de uma hora percorri a Avenida Radial Leste rumo ao bairro de Artur Alvim. Quando lá cheguei, para fazer uma reportagem sobre a crise da segurança pública, encontrei um amigo, conhecido como DJ King, protagonista de primeira linha da cultura hip-hop que se dispusera a ser meu guia naquelas "quebradas".

"Como estão as coisas por aqui?", perguntei. "Queimaram um ônibus na avenida e deram uns tiros na estação do metrô aí em frente. Nada muito fora do normal. Aqui está calmo", foi a resposta de King. De fato, a pressa e a ansiedade que eu vira pouco tempo antes, nas ruas do centro, pareciam não ter alcançado o extremo leste da cidade, onde pessoas e veículos circulavam mais tranqüilamente.

Cinco horas depois, passei pela Paulista, a Alameda Santos e a Rua Augusta, em busca de algum lugar para jantar. Tentei vários restaurantes e bares. Todos fechados. Desisti. No caminho para casa, percorri cinco quarteirões silenciosos e completamente vazios.

Ainda naquela noite, li no site de notícias *Terra Magazine*, em matéria de Bob Fernandes, uma frase que Marcola, o chefe do PCC, teria dito a um delegado. "Eu posso entrar numa delegacia e matar um policial, mas um policial não pode entrar na cadeia e me matar, pois é obrigação do Estado me proteger."

Nos dias seguintes eu voltaria a ler e ouvir aquelas palavras várias vezes. Na mídia, no táxi, no consultório do dentista, o postulado de Marcola seria evocado com uma mistura de indignação e inveja por gente sequiosa por aplicar a lei do crime contra o criminoso.

Na mesma semana, um paulistano chamado João (*nome fictício*), que conheci fazendo reportagens na periferia, seguiu uma rotina estrita: do trabalho para casa, de casa para o trabalho. João é policial militar e vive na Zona Leste. Pra lá de Artur Alvim.

A FALTA DE UMA CORAGEM CIVILIZATÓRIA FAZ A CIDADANIA DAR LUGAR À BARBÁRIE, MARGINAL OU ENGRAVATADA

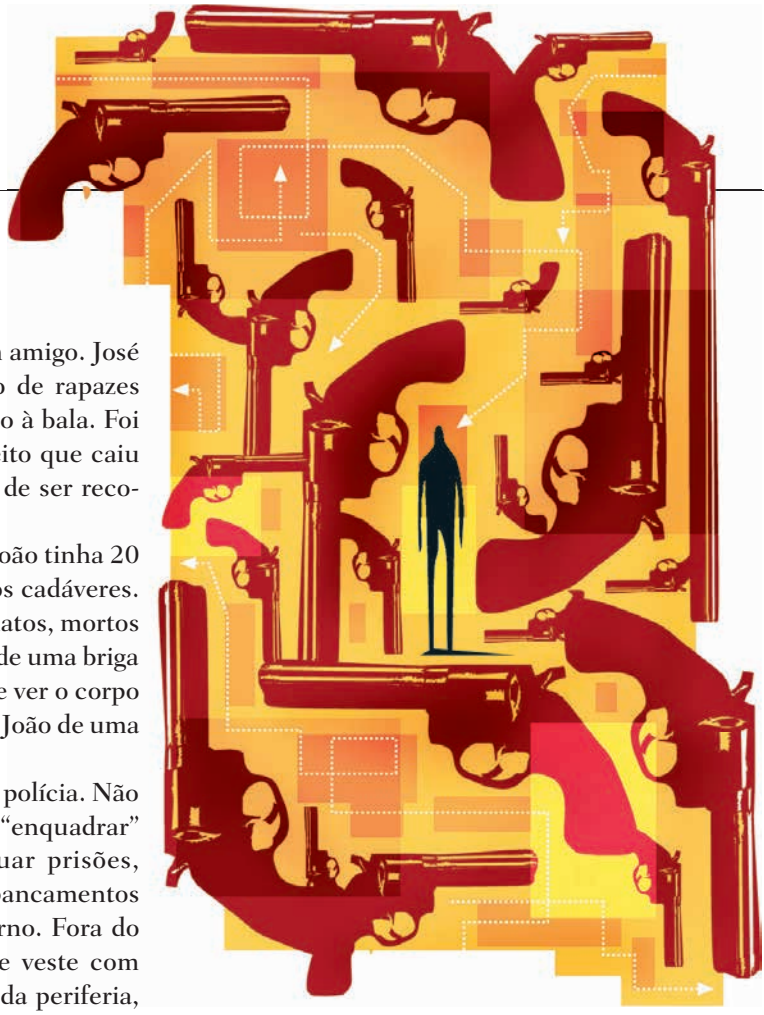
No serviço, como os demais PMs da cidade, João teve de redobrar a atenção para não se tornar mais uma vítima da onda de atentados a mando do crime organizado. À paisana, como todo jovem negro das regiões pobres da cidade, sabia que, sobretudo à noite, corria um risco crescente de virar alvo de policiais que saiam às ruas para dar o troco.

Quando o aumento da lista de mortos ficou por conta da ação dos agentes do Estado, João recomendou à família e aos amigos que não saíssem de casa. Ele conhece bem a brutalidade da guerra que, de uma hora para outra, pode atravessar o caminho de quem mora longe do centro geográfico e socioeconômico da metrópole.

Anos atrás, João encontrou o corpo de José estirado na rua. Seu irmão mais velho fora fu-



João estava na rua enquanto gente que não conhece a guerra da periferia se trancava em casa e torcia para que ele caçasse quem ameaçava a rotina do centro



zilado ao pedir clemência para um amigo. José tentara conversar com um grupo de rapazes decididos a resolver uma discussão à bala. Foi o primeiro a ser executado. Do jeito que caiu ficou por mais de 12 horas antes de ser recolhido por um carro do IML.

Quando José foi assassinado, João tinha 20 e poucos anos. Já tinha visto vários cadáveres. A maioria de jovens negros ou mulatos, mortos a tiros. Também presenciara mais de uma briga terminada em morte. Mas a dor de ver o corpo do irmão abandonado na rua tirou João de uma certa inércia diante da violência.

Logo depois João entrou para a polícia. Não usou a farda para se vingar. Ao "enquadrar" suspeitos em batidas e ao efetuar prisões, nunca foi de "zoar": nada de espancamentos ou humilhações. E nada de suborno. Fora do trabalho, João curte hip-hop e se veste com roupas largas, como seus amigos da periferia, mas não gosta da glamorização do crime que ouve em muitas letras de rap. João é respeitado na PM e na periferia.

Mais de uma vez, João viu-se no fio da navalha entre matar e morrer. Sobreviveu. Não se vangloria. Não entende as pessoas que parecem gostar de ver feridos e cadáveres na rua. Gostaria de não ter visto tanta morte. Mas, com ou sem farda, não se rende.

Na segunda-feira 15 de maio, João trabalhou normalmente. Vestiu o uniforme, semelhante ao dos mais de 40 colegas mortos naquela onda de ataques, e cumpriu o seu dever numa cidade em pânico. João estava na rua enquanto gente que não conhece a guerra sem fim da periferia se trancava em casa e torcia para que ele e seus colegas caçassem quem ameaçava a rotina do centro. Fossem criminosos ou suspeitos. Estivessem presos ou ajoelhados num beco escuro. Como boa parte dos cento e tantos mortos pela polícia nos dias que se seguiram aos atentados do PCC.

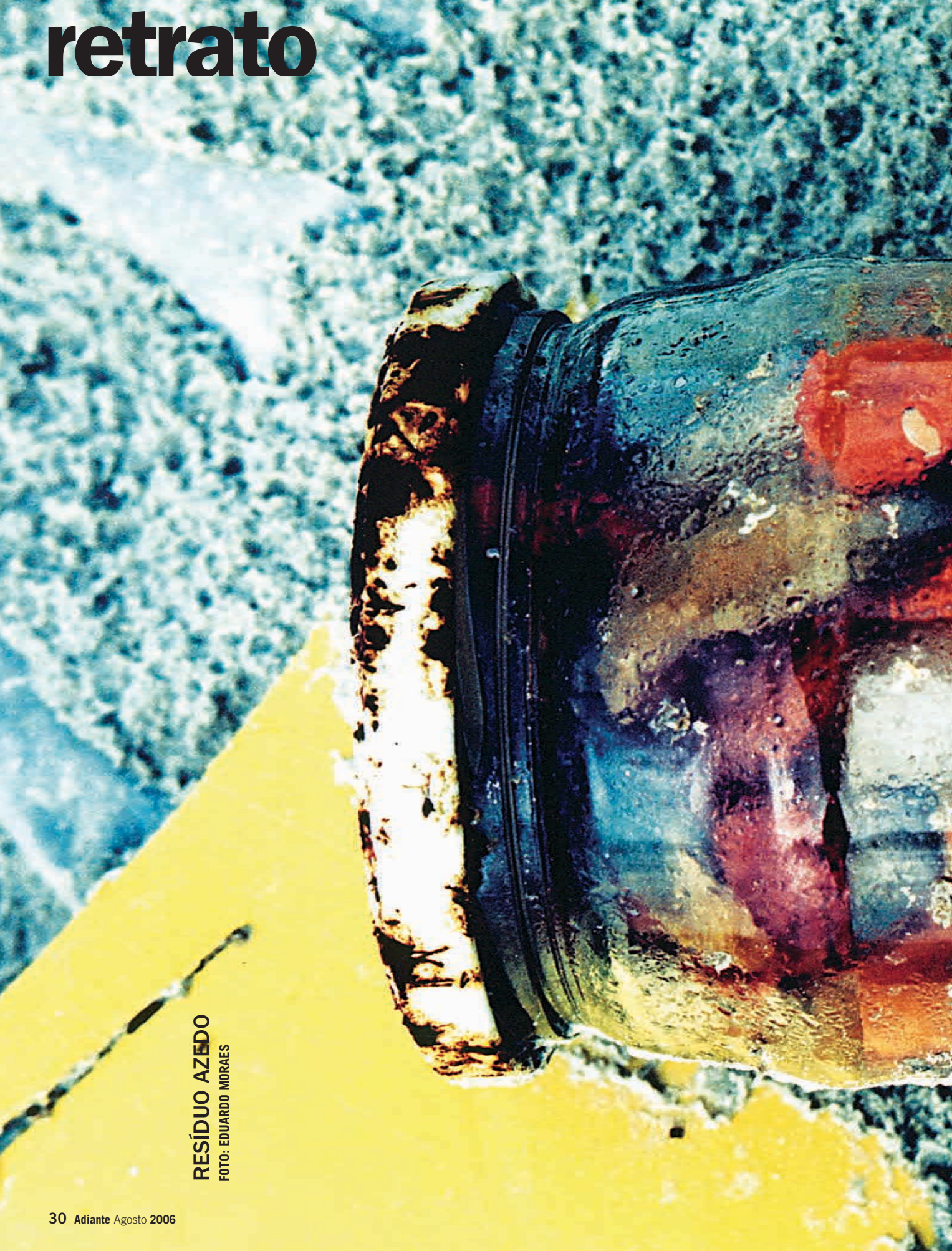
> Será que conseguimos ficar do lado dos que protegem o criminoso preso mesmo quando ele nos ameaça? Para isso, é preciso ter sede de justiça

João não executou ninguém. Ele não se deixa convencer pelos que apostam em soluções finais. Também não cai no sentimentalismo dos que clamam por paz sem se dispor a enfrentar os motivos da guerra. Como se a civilização e o Estado de Direito caíssem do céu. Ou se não houvesse, como lembrou o chefe do PCC na surpreendente obviedade da frase dita ao delegado, uma escolha anterior a ser feita.

Será que conseguimos ficar do lado dos que protegem o criminoso preso mesmo quando ele nos ameaça? Para isso não é imprescindível ter um coração dos mais compassivos nem estar disposto a dar a outra face. Para recorrer a outra metáfora bíblica, é mais importante ter sede de justiça.

Na falta desse tipo de coragem, a cidadania vai continuar a tirar o time de campo enquanto a barbárie, marginal, fardada ou engravatada, ganha terreno na periferia e no centro. E sobre João continuarão a recair todos os riscos, custos e estigmas, dos dois lados do *front*.

retrato



RESÍDUO AZEDO

FOTO: EDUARDO MORAES



Um círculo





vicioso

SEM UMA POLÍTICA CLARA SOBRE RESÍDUOS, O BRASIL CORRE O RISCO DE VIRAR LIXEIRA DOS PAÍSES RICOS

POR **GISELE TEIXEIRA**

As preocupações de quem anda sobre rodas no Brasil – são mais de 23 milhões de veículos em circulação – giram em torno do preço da gasolina e do álcool, o alto custo de manutenção, a precariedade das vias públicas e o trânsito engarrafado das grandes cidades. Os pneus que permitem que o veículo rode, e a destinação dada a eles depois do uso, provavelmente vêm em último lugar. Mas eles estão no centro de uma disputa comercial internacional e de uma controvérsia que movimenta o governo, fabricantes e reformadores de pneus.

O Brasil proibiu, em 1991, a importação de pneus reformados e usados por meio de uma portaria do Departamento de Comércio Exterior do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. O Poder Judiciário, entretanto, libera a compra do produto, alegando que o País não possui uma lei que disponha sobre o assunto. A indústria apela para a Justiça, obtém liminares e, com elas, a entrada dos pneus no Brasil: em 2005 foram 10,5 milhões de unidades e em 2004, 7,5 milhões.

Além de permitir a importação, a falta de uma lei específica enfraquece a defesa brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde a proibição é contestada por ninguém menos que a União Européia (UE).

O Brasil não é o único país em desenvolvimento que proíbe a importação de pneus reformados, mas é o único alvo da reclamação da UE. Os europeus alegam que a proibição causa prejuízos comerciais a alguns reformadores do bloco e que, por isso, contraria as regras do sistema multilateral, em especial artigos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt). "Reforma" é um termo genérico, usado para se referir a três processos distintos: recauchutagem, recapagem e remoldagem. Em cada instância, o reformador retira parte da banda de rodagem restante do pneu usado, ou carcaça, e a substitui por uma nova banda de rodagem.

O interesse pela exportação de pneus para o Brasil é movido pelo tamanho da frota nacional de veículos, a maior dos países em desenvolvimento. "Isso torna o País muito atrativo para os pneus usados", diz Grícia Grossi, técnica do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além disso, os europeus são pressionados pelo aumento das restrições impostas para o tratamento e destinação final de resíduos dentro do bloco.

A OMC deve anunciar ainda neste ano uma decisão em relação ao contencioso. A discussão está nas mãos do Órgão de Solução de Controvérsias da instituição e uma nova reunião entre as partes está marcada para setembro. A posição – que deve pôr um ponto final na disputa, iniciada em 2003 – é aguardada com ansiedade não só pelo governo brasileiro, mas também pela indústria nacional e até por outros países do Mercosul.

O assunto esquentou em janeiro deste ano, quando a UE solicitou à OMC o estabelecimento de um painel arbitral para analisar a postura brasileira. Embora a proibição em 1991



ALÉM DAS importações, o Brasil precisa dar destino aos resíduos de mais de 40 milhões de pneus gerados internamente a cada ano

A OMC DEVERÁ ANUNCIAR A DECISÃO FINAL SOBRE A IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PNEUS EM 15 DE DEZEMBRO

não tivesse este argumento, a defesa do Brasil contra a UE se apóia em razões ambientais e de saúde pública. "Se a OMC decidir obrigar o País a permitir a entrada de pneus reformados, tornará o território nacional numa espécie de lixeira global para esses rejeitos", afirma Grícia Grossi.

Ela explica que pneus reformados são diferentes de pneus novos particularmente em um aspecto: possuem um ciclo de vida menor. Pneus de automóveis – que representam 90% das exportações dos países europeus para o Brasil – podem ser reformados uma única vez.

"Ao fim de sua vida útil, tornam-se resíduos e se acumulam País afora", completa. Esses são os chamados pneus inservíveis. O Brasil já precisa dar destino aos resíduos de mais de 40 milhões de pneus gerados internamente a cada ano.

O pneu é tido como não biodegradável, pois seu tempo de degradação é indeterminado. Em sua composição entram metais pesados tóxicos e cancerígenos, como chumbo, cromo, cádmio e arsênio. Contém, ainda, borrachas natural e sintética, negro-de-fumo e óleos. Além disso, em pneus abandonados podem proliferar mosquitos transmissores de febre amarela, dengue e malária.

AS FABRICANTES alegam que faltam pneus usados na praça, pois eles vão parar em borracharias. Por isso não cumprem a lei de destiná-los corretamente



JÚLIO CASTROLHO / FOLHA IMAGEM

O impasse teve início em 2003, quando o Bureau Internacional das Associações de Vendedores e Recapadores de Pneumáticos protocolou a queixa na OMC. Em janeiro e março de 2004, a organização investigou as práticas brasileiras. Segundo o MMA, o governo brasileiro forneceu aos europeus cópias da legislação pertinente, dados estatísticos e, principalmente, suas razões para a proibição.

Os argumentos não convenceram e a OMC concluiu, em setembro de 2004, que as medidas nacionais contrariam as regras da organização. Determinou que o Brasil baixasse suas barreiras, o que não aconteceu. A UE apelou, então, ao Órgão de Solução de Controvérsias.

O Brasil apresentou, em 8 de junho, a primeira petição, cuja tradução está disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/pneus_primeira_peticao.doc. A UE manteve sigilo sobre seus argumentos.

O conselheiro Flávio Marega, coordenador-geral de Contenciosos do Ministério das Relações Exteriores, argumenta que o documento brasileiro responde de maneira clara e abrangente às alegações do lado europeu. Segundo ele, as restrições brasileiras à importação de pneus reformados são plenamente justificadas pelo artigo XX do Gatt. "Não é só uma questão comercial, mas também de saúde pública e meio ambiente", afirma.

RARO CONSENSO

A primeira reunião sobre o contencioso aconteceu em 7 de julho, com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Compuseram a delegação brasileira representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Casa Civil, em uma rara demonstração de consenso na área ambiental.

Durante o encontro em Genebra, a OMC solicitou novos documentos e arrastou a disputa para mais um *round*. A segunda petição brasileira será protocolada em agosto. Em setembro, ocorre nova reunião entre as partes. A OMC emitirá relatório preliminar em novembro e deve anunciar a decisão definitiva em 15 de dezembro.



FERNANDO DONASCI / FOLHA IMAGEM



DE MODO A EVITAR A EMISSÃO de gases na atmosfera, aumentam na Europa as restrições para o uso de pneus em fornos, onde são queimados 20 milhões de unidades anualmente

A FAVOR DA IMPORTAÇÃO, O EMPRESÁRIO FRANCISCO SIMEÃO AVISA QUE NÃO POUPARÁ ESFORÇOS: "TEMOS 300 DEPUTADOS CONOSCO"

O bloco europeu reconhece o perigo que representam os resíduos de pneus. Desde 2003, os países da UE não podem depositar em aterros sanitários pneus inteiros e, desde 16 de julho, também pneus picados. "Até então, esses aterros recebiam, em média, 80 milhões de pneus triturados por ano", informa Grícia, do MMA.

A legislação determina que os europeus deverão, a partir de dezembro, reutilizar 85% do peso de cada veículo, o que inclui os pneus. O índice subirá para 95% em 2015. A lei é mais restritiva para a emissão de gases na atmosfera, o que vai interferir na queima de pneus como combustível em fornos de cimenteiras ou fábricas de papel. Estima-se que 20 milhões de pneus europeus sejam processados dessa forma por ano.

No Brasil, não existe legislação nem consenso sobre o assunto. Na "guerra dos pneus", há defensores da internação de pneus reformados no setor automobilístico, sobretudo entre as empresas importadoras. E, embora o governo defenda a proibição na OMC, há parlamentares do partido governista que adotam a postura oposta.

Em julho, a Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos aprovou, na Câmara dos Deputados, o substitutivo do projeto que cria a Lei Nacional de Resíduos, em tramitação há 15 anos. O relatório preparado pelo petista mineiro Ivo José libera a entrada de resíduos usados no País, inclusive pneus, e segue agora para o plenário da Casa. A aprovação do substitutivo enfraqueceria a posição brasileira em Genebra.

Os principais defensores da importação são as empresas filiadas à Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip), que têm como porta-voz o empresário Francisco Simeão,



MODESTO BEE / CORBIS / LATINSTOCK

Para onde vão os pneus

Mesmo que todos os pneus inservíveis fossem coletados, o problema continuaria a existir. Ainda não há um método eficaz de destinação que seja ao mesmo tempo ambientalmente adequado e economicamente viável. Todos ainda carregam sérios riscos e efeitos adversos à saúde humana e ao meio ambiente.

O único método de destinação largamente aceito para grandes volumes é a incineração em fornos de cimenteiras e instalações semelhantes, mas o processo produz emissões que causam câncer, enfraquecem o sistema imunológico e levam a problemas de fertilidade. "Hoje, cerca de 60% dos pneus recolhidos são eliminados dessa forma", diz o presidente da Abip, Francisco Simeão. Segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), 26 das 47 cimenteiras nacionais têm licença para incinerar pneus.

A única diferença entre esse processo e a queima a céu aberto no meio ambiente é a presença de controles de emissão no processo de incineração, o que reduz, mas não elimina, o volume de poluentes liberados.



ORIVALDO ALVES / FOLHA IMAGEM

A APROVAÇÃO de um substitutivo que libera a importação de usados enfraqueceria a posição brasileira em Genebra

proprietário da BS Colway Pneus, com sede em Curitiba. Ele avisa que não poupará esforços para aprovar o projeto da Lei de Resíduos. "Temos 300 deputados conosco", garante.

Na opinião de Simeão, a questão é meramente comercial e o governo cede à pressão de multinacionais para lhes garantir uma reserva de mercado no segmento de pneus novos. "Com isso, inviabiliza o setor de reforma de pneus e prejudica o consumidor brasileiro em seu direito de escolha", afirma. Além disso, põe em risco mais de 40 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. O empresário alega que pneus remoldados são tão seguros e duráveis quanto os novos, mas admite que ambos se tornam problemas ambientais e de saúde pública ao final da vida útil. "Por que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente se mostram tão preocupados com os usados, se

Uma metodologia inovadora, que mistura os pneus ao xisto para obtenção de óleo e gás combustível, é utilizada pela Petrobrás desde 2001 na Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto, no Paraná. A unidade tem capacidade para reciclar 27 milhões de pneus por ano – o equivalente a 140 mil toneladas – e já processou mais de 5 milhões de pneus.

Outra destinação possível para os inservíveis é a pavimentação com o chamado asfalto-borracha, ou "asfalto ecológico", constituído de 20% de pó de pneu velho. No Brasil, existem 500 quilômetros de vias asfaltadas com o produto – que é mais resistente, gera menos ruídos e oferece melhor drenagem e maior aderência do que o material convencional. Conforme a Associação Brasileira dos Transportadores de Carga, o asfalto-borracha é 30% mais caro e 40% mais resistente do que o comum.

Em linha semelhante, os americanos estão trocando o concreto das calçadas por placas de pneu reciclado. Já são 60 as cidades dos EUA que adotaram o material por razões práticas, como facilidade de manutenção e segurança. Embora mais caras que as de concreto, essas placas não racham com o frio nem quebram com as raízes das árvores. Com isso, as cidades esperam diminuir os prejuízos causados pelos processos movidos por pessoas que se acidentam nas calçadas.

De forma mais artesanal, os pneus são usados na fabricação de solas de sapato e cintas de sofás. São reaproveitados na produção de tapetes para carros, pisos de borracha e quadras esportivas. De acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), associação mantida por empresas privadas de diversos setores, os pneus inteiros podem servir como proteção em garagens, em pistas de corrida, como na Fórmula 1, na drenagem de gases em aterros sanitários e na contenção de encostas. A entidade admite, porém, que nenhuma dessas alternativas é reconhecida pelo Ibama como ambientalmente adequada.



EVILAZIO BEZERRA / AE

O ASFALTO DE BORRACHA, feito com pneus, custa 30% mais, mas é 40% mais resistente. É aplicado em 500 quilômetros de vias no Brasil

representam menos de 10% de toda a importação de pneus?", questiona. "Por que não utilizar os mesmos argumentos na OMC para proibir as importações de pneus novos?"

Simeão classifica de "desastrosa" a defesa brasileira na OMC e lembra que apenas Argentina, Cuba e Tailândia se mostraram a favor do Brasil. Países como Coréia, Taiwan e Japão preferem tocar em outro assunto delicado: a importação de pneus reformados do Mercosul.

Em 2002, uma decisão do Tribunal Arbitral do Mercosul obrigou o Brasil a aceitar a entrada de pneus remoldados vindos do Uruguai. Desde então o MMA tenta anular a decisão, sem resultados. Na época, a diplomacia brasileira usou apenas argumentos econômicos para barrar a entrada dos pneus uruguaios, sem levantar questões ambientais e de saúde pública. Foi uma "inabilidade" do Itamaraty, avaliam algumas fontes, que deixou uma brecha para contestações. Tanto que, na

A ameaça do lixo eletrônico

Caso o Brasil perca a disputa junto à OMC, há o temor de que, futuramente, o País seja obrigado a aceitar a entrada de outros bens de consumo usados, como eletroeletrônicos.

Assim, poderia se tornar um grande depósito de resíduos de países desenvolvidos, como já ocorre em regiões da África. "Uma derrota nessa questão poderá dar margem a todo tipo de contestação", admite o conselheiro Flávio Marega, coordenador-geral de Contenciosos do Ministério das Relações Exteriores.

O lixo eletrônico, conhecido como *e-waste*, é um dos mais preocupantes problemas ambientais. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o volume desse lixo é de 20 milhões a 50 milhões de toneladas por ano no mundo. São montanhas de celulares, baterias, computadores, televisores e impressoras.

O relatório *Lixo Digital: exportando usados e abusando da África*, divulgado no fim de 2005, mostra que equipamentos inúteis são doados ou vendidos pelos EUA e a União Européia para países em desenvolvimento como forma de se livrar dos gastos de reciclá-los devidamente.

O estudo foi desenvolvido pela Basel Action Network (www.ban.org), organização sediada em Seattle (EUA), com foco na Nigéria. Nesse país, chegam todo mês 500 contêineres, cada um deles com aproximadamente 800 equipamentos. Cerca de 75% estão quebrados e não podem ser consertados. Segundo a organização, 45% do total é oriundo dos EUA, 45% da União Européia e os 10% restantes de nações como Japão e Israel.

O relatório informa que um monitor de computador pode conter até 3,5 quilos de chumbo, além de cádmio – que são substâncias tóxicas. De 50% a 80% dos eletrônicos coletados para reciclagem nos EUA são processados em situações irregulares e insalubres na China, na Índia, no Paquistão e em outros países em desenvolvimento.





A POSTURA DA UE não condiz com sua retórica de proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Pela primeira vez, as posições se inverteram

OMC, os europeus pedem o mesmo tratamento diferenciado concedido ao Uruguai.

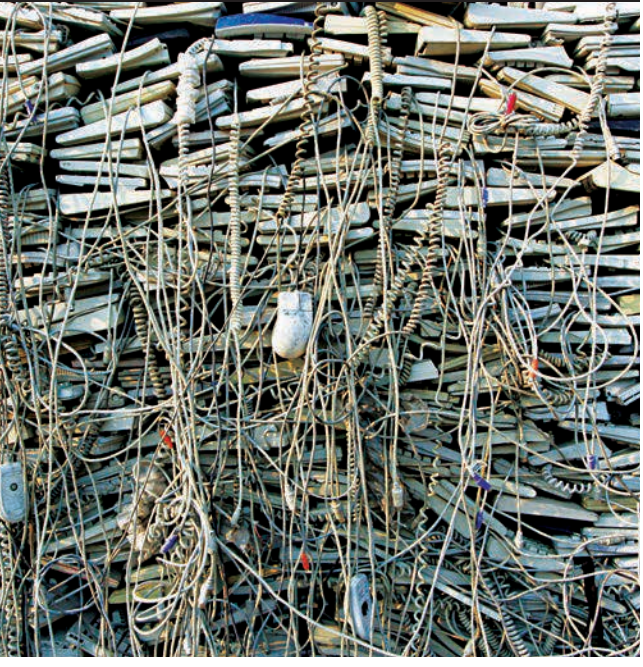
ONGs E MULTINACIONAIS

Tanto na disputa bilateral quanto no debate interno, o governo tem o apoio de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Para as ONGs, uma derrota brasileira pode significar o enfraquecimento de acordos ambientais multilaterais, como a Convenção da Basiléia sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e de Depósito e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Persistentes.

O consultor da organização Vitae Civillis, Délcio Rodrigues, lembra que a postura da UE no caso não condiz com a retórica dos países do bloco de proteção ao meio ambiente, à saúde pública e aos direitos humanos.

A Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), que reúne gigantes multinacionais fabricantes de pneus novos como Pirelli, Goodyear e Firestone, também apóia o governo brasileiro, mas tem telhado de vidro. As empresas não cumprem a legislação nacional.

DESDE 2002, O BRASIL É OBRIGADO A ACEITAR PNEUS DO URUGUAI, O QUE FORTALECE O ARGUMENTO EUROPEU



GREENPEACE

Uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente obriga as fabricantes e importadoras de pneumáticos a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional. Para cada quatro pneus novos fabricados no País ou importados, as empresas devem dar destinação final a cinco pneus inservíveis.

Mas isso não acontece e, segundo informações do MMA, oito fabricantes foram multadas pelo Ibama em 2005. O valor total das multas chegou a R$ 20,5 milhões – a Pirelli e a Goodyear pagaram os valores mais altos, R$ 6,5 milhões e R$ 6 milhões, respectivamente.

O diretor-geral da Anip, Vilien Soares, diz que o volume de pneus inservíveis "é menor do que estimou o Conama quando criou a resolução", que precisa ser revista. "Além disso, é difícil encontrá-los, principalmente em grandes cidades, onde há um mercado informal estabelecido."

Apesar disso, a Anip investiu US$ 22 milhões em um programa de coleta para adequar-se à resolução. Segundo Soares, cerca de 500 mil toneladas de pneus velhos foram coletadas e destruídas até 2005. Há quem diga que a postura da Anip é pouco proativa e que falta uma campanha nacional sobre o tema, além de postos de coleta nas grandes cidades.

Tanto no caso da importação quanto da coleta dos inservíveis, a polêmica deixa de lado um ponto crucial: o problema diminuiria fortemente com uma política que priorizasse o transporte público. Mas tanto europeus como brasileiros parecem preferir não pôr o dedo nessa ferida.



MONICA ARAYA
dirige o Foro Empresa Informa da Universidade de Yale (www.yale.edu/envirocenter)

Uma lição latino-americana

POR **MONICA ARAYA**

Doze de julho de 2006 não foi um dia feliz para os argentinos. O Tribunal Internacional de Justiça rejeitou o processo da Argentina que exigia a paralisação da construção de duas fábricas de celulose às margens do rio que divide o país do Uruguai. De acordo com os juízes, a Argentina não conseguiu provar que a construção das fábricas representa "ameaça iminente de dano irreparável ao ambiente aquático do Rio Uruguai" ou aos interesses econômicos e sociais dos argentinos. A decisão significa que o Uruguai vai tocar o projeto e, como resultado, a batalha entre os dois países vai continuar. Mas por que esses vizinhos, que até então tinham relações amigáveis, brigam?

A DISPUTA ENTRE URUGUAI E ARGENTINA SUGERE QUE A INDÚSTRIA DE PAPEL ESTÁ SOB VIGILÂNCIA DA SOCIEDADE

O CONFLITO

Uruguai e Argentina discordam quanto à escala e à natureza dos impactos ambientais associados às fábricas de celulose a ser construídas pela Botnia, uma empresa finlandesa, e pela Ence, espanhola.

Enquanto o Uruguai sustenta que os impactos serão baixos e monitorados apropriadamente, a Argentina insiste em que o projeto apresenta riscos ambientais e à saúde inaceitáveis para os cidadãos do outro lado do rio.

O investimento – o maior da história do Uruguai – vai alcançar quase US$ 1,8 bilhão e deve levar a uma produção anual de 1,5 milhão de toneladas de celulose. O apoio uruguaio ao projeto é compreensível, especialmente porque a região onde o projeto será sediado, perto de Fray Bentos, enfrenta dificuldades econômicas há anos. Além do mais, o governo uruguaio acredita que as fábricas serão monitoradas apropriadamente.

O caso é relevante para a indústria de papel e celulose no Brasil dada a longa história de controvérsias associadas a impactos ambientais e sociais advindos de grandes fábricas de papel. A Aracruz é um exemplo emblemático e ainda enfrenta ataques de ambientalistas e ativistas ligados à questão da terra.

O episódio deveria também ser bastante instrutivo para o Chile, especialmente devido ao recente escândalo ambiental envolvendo seu maior produtor de papel, a Arauco, que gerou prejuízos diários de US$ 1 milhão com a perda de exportações. O caso da fronteira da Argentina com o Uruguai sugere que a indústria latino-americana de celulose e papel enfrenta dificuldades ambientais sem precedentes.

COMUNIDADES E BANCOS

Os acontecimentos no Uruguai confirmam que as grandes empresas, especialmente as fábricas de celulose, operam em um contexto de exposição muito mais elevada do que antes. Hoje, o comportamento da Botnia e da Ence está no radar não só das comunidades locais mas, talvez mais importante, de seus maiores financiadores.



Na Argentina, dezenas de milhares de cidadãos foram às ruas e assinaram petições para que o projeto no Uruguai fosse paralisado. Uma organização argentina, a Assembléia Popular, bloqueou pontes, causando prejuízos de US$ 500 milhões ao Uruguai. Estes não são os tradicionais militantes da causa ambiental. O fato de que as comunidades querem ter voz no debate ambiental sobre as fábricas marca uma clara mudança em relação há dez anos.

ESCRUTÍNIO CADA VEZ MAIOR

A tática mais revolucionária usada pelos ativistas argentinos é a de tentar eliminar o financiamento externo aos projetos. Uma organização na Argentina e seus parceiros internacionais, por exemplo, entraram com uma "queixa de *compliance*" contra o Grupo ING por violar os Princípios do Equador.

Esses princípios fornecem uma estrutura voluntária para *project finance* com práticas responsáveis do ponto de vista socioambiental, e baseiam-se nas diretrizes da International Finance Corporation (IFC) (*reportagem à pág.* 56).

Dada a pressão, o ING saiu do projeto uruguaio e os demais financiadores estão decidindo o que fazer. A lição para a indústria de celulose, entretanto, é clara: o escrutínio ambiental e social de instituições financeiras será cada vez maior.

Embora a atuação das comunidades e dos bancos seja um desenvolvimento positivo, a disputa entre Argentina e Uruguai revela um alto nível de desconfiança nas sociedades latino-americanas. Por exemplo, os argentinos que se opõem ao projeto – ativistas, comunidades ou representantes do governo – desconfiam abertamente da capacidade (e talvez da disposição) da Botnia, da Ence e do governo uruguaio de agir

responsavelmente. Os uruguaios desconfiam das motivações do escrutínio argentino.

Uma ONG argentina, quando convidada a visitar as fábricas da Botnia na Finlândia, sugeriu que a companhia agia de má-fé, pois sua atuação no Uruguai seria inconsistente com o que mostraria na Finlândia. Em outras palavras, "querem nos enganar!".

A falta de confiança não surpreende. Afinal, a indústria de papel tem um histórico sujo e só recentemente melhorias tecnológicas permitiram uma performance mais limpa. Mas tamanha desconfiança nessa controvérsia bilateral leva à paralisia. Em vez de dialogar sobre planos de ação comuns, os dois países investiram tempo, energia e recursos em batalhas legais e diplomáticas que desviam a atenção do desafio essencial: garantir que as fábricas usem tecnologia de ponta e sejam transparentes.

Os ativistas não deveriam ter medo de buscar soluções tecnológicas em colaboração com o governo e a indústria. A experiência de sustentabilidade corporativa e de responsabilidade fora da América Latina é cheia de exemplos de alianças inovadoras entre empresas e grupos da sociedade civil que levaram a tecnologias ambientais e abordagens de gestão melhores.

Um exemplo recente é a decisão do Greenpeace de colaborar com McDonald's, Coca-Cola e Unilever para substituir o hidrofluorcarbono e promover uma tecnologia natural de refrigeração na indústria de alimentos e bebidas e sua cadeia de fornecedores. Até quando a colaboração entre ONGs e a indústria continuará sendo uma idéia impensável em nossa região?

> "A tática mais revolucionária usada pelos ativistas argentinos é a de tentar eliminar o financiamento externo aos projetos"

EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Para levar o debate à busca de soluções, as partes envolvidas precisam mudar de estratégia. Aqui vão algumas idéias para cada uma delas:

Governos

- Centrar-se em um plano de ação, com prioridades e indicadores de alta qualidade. Isso poderia demandar a ajuda de especialistas finlandeses. O governo argentino deveria aceitar a proposta uruguaia de parceria na fiscalização da Botnia e da Ence.
- Ser transparente em relação ao plano de ação e aos resultados da fiscalização, e criar dinâmicas participativas para receber e responder as sugestões da sociedade civil.

Empresas

- Transparência: o que a Botnia e a Ence estão fazendo para melhorar sua performance? Que tipo de indicadores usam para medir o progresso? Além de divulgar dados para o público, as





ALIANÇAS INOVADORAS
entre empresas e sociedade civil, como a do Greenpeace e a indústria de alimentos, podem levar a melhores tecnologias

companhias deveriam ter uma política de "portas abertas" e permitir visitas às fábricas.

- Consistência: explicar e justificar as escolhas tecnológicas, divulgando detalhes sobre porque a tecnologia e os padrões escolhidos diferem daqueles usados na Finlândia e na Espanha.

Sociedade civil

- Concentrar-se em impactos-chave, escolher as batalhas que podem ser vencidas e orientar a discussão de acordo com preocupações específicas.
- Adquirir conhecimento técnico e de gestão empresarial. Ativistas sofisticados em geral evitam declarações amplas e simbólicas como "a Botnia causará uma catástrofe ecológica" e, em vez disso, escolhem argumentos específicos: "a tecnologia x é insuficiente para reduzir os efluentes pelas razões a, b, c. Portanto, propomos o uso da tecnologia y e dos seguintes indicadores".



O URUGUAI TEM A OPORTUNIDADE DE MOSTRAR QUE UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO PODE LIDAR COM DILEMAS AMBIENTAIS

O futuro

A boa notícia é que empresas, reguladores e ONGs na Argentina e no Uruguai não precisam reinventar a roda. Há experiências que mostram que a fabricação de papel hoje é muito mais limpa do que há uma década. Existe tecnologia de ponta e mais inovações estão a caminho, uma vez que as empresas são pressionadas a reduzir custos e, em particular, as emissões de gases de efeito estufa e o uso de água.

O Uruguai está prestes a embarcar no maior investimento de sua história. Assim, tem uma oportunidade única de demonstrar que um país em desenvolvimento é capaz de lidar com os dilemas ambientais associados à indústria de celulose. A América Latina precisa urgentemente de precedentes positivos que motivem outros a procurar soluções criativas.

Como se sabe, as monoculturas associadas a grandes fábricas de celulose apresentam alguns dos dilemas ambientais mais importantes na América do Sul, uma região rica em biodiversidade. Sabe-se também que não há soluções fáceis.

Ao contrário, será necessário muito debate bem-intencionado e bem informado entre governo, empresas, ativistas e cientistas. Espera-se que no futuro próximo haja mais interação e troca de informação entre estes atores regionais. Grandes produtores de celulose como Brasil, Chile, e agora o Uruguai, têm várias oportunidades de colaboração a explorar.

A melhora da performance na indústria de celulose vai demandar mais habilidade para inovar – dentro das universidades e companhias. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento são condição *sine qua non* para progredir. Simplesmente levar a questão ao tribunal não vai solucionar a situação – e certamente não vai salvar o meio ambiente.

retrato





MÃO NA CONSCIÊNCIA
FOTO: EDUARDO MORAES

Que camisa você veste?

A EXPANSÃO DO PLANTIO NO CENTRO-OESTE CHAMA A ATENÇÃO PARA OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ALGODÃO QUE ALIMENTA A CADEIA TÊXTIL

POR **FLAVIA PARDINI**

Nem só da soja vive o embate entre o agribusiness e os ativistas que apontam os impactos socioambientais da agricultura empresarial no Brasil. A expansão do cultivo de algodão no Centro-Oeste e a volta do produto à pauta de exportações – depois de um período em que o País chegou a ser um dos maiores importadores do mundo – acendem o debate.

Não à toa, o tema da reunião deste ano do International Cotton Advisory Committee (Icac) – órgão de aconselhamento dos países produtores de algodão, criado em 1939 e do qual o Brasil faz parte – são "os impactos sociais e ambientais da produção e do uso do algodão". O encontro está previsto para setembro, em Goiânia.

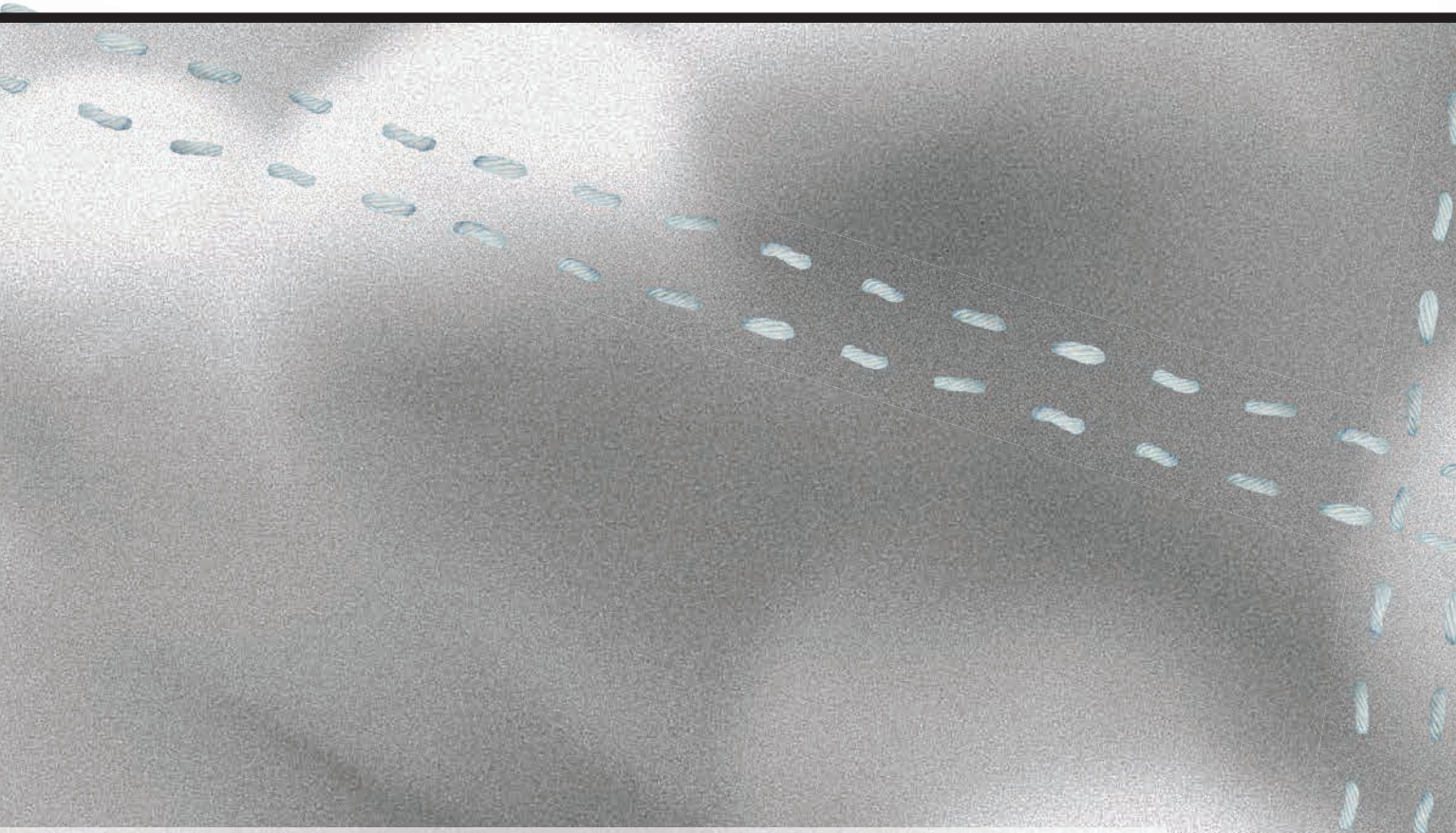
"Com a volta do Brasil ao mercado internacional, as questões ambientais e sociais apareceram de maneira muito forte", diz Haroldo Rodrigues da Cunha, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Na reunião, segundo ele, o Brasil vai conhecer a experiência internacional e discutir formas de não perder competitividade.

Para Maria Célia Martins de Souza, pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA), apesar da popularização do tema da sustentabilidade, os grandes produtores agrícolas não compreendem totalmente o conceito. "Há um grande esforço para não parecer insustentável", diz.

O Brasil é o quinto maior produtor de algodão do mundo e o quarto exportador, segundo Cunha. Em 2005, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, as vendas de algodão em pluma para o exterior chegaram a 390,9 mil toneladas e renderam quase US$ 450 milhões.

A história do algodão no Brasil é anterior à colonização, relatam Sarah Corrêa e Ebenezer Couto, da Universidade Federal de Uberlândia. Quando os portugueses desembarcaram, o algodão era cultivado, fiado e tecido pelos índios. Sob os colonizadores, o cultivo concentrou-se na Região Nordeste e, a partir de 1860, migrou para São Paulo, com a introdução de novas variedades e o objetivo de atender a demanda britânica.

A produção paulista teve sua fase áurea a partir dos anos 40, e entrou em declínio graças à política estatal de proteção à nascente indústria têxtil, que chegou a obter o embargo das exportações alegando escassez de matéria-prima para uso interno. O Brasil transformou-se, assim, em um grande importador de algodão nas décadas de 70 e 80. Nos anos 90, com a abertura ao comércio exterior, o setor foi duramente atingido pela competição estrangeira.



No fim da década, a cultura do algodão iniciou nova migração, desta vez para Mato Grosso, e levou consigo práticas empresariais, a mecanização e o uso intensivo de defensivos. O Estado da Bahia tornou-se o segundo maior produtor, seguido de Goiás. A produtividade do algodão brasileiro disparou, bem como as exportações.

Mas, ao lado da soja, o algodão é apontado como um dos vilões do desmatamento do Cerrado – reduzido a 20% da cobertura original – e da expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia. Trata-se de uma das culturas que mais usam defensivos químicos para evitar pragas e doenças. Apesar da mecanização, as fazendas utilizam mão-de-obra – na maioria temporária – na preparação do terreno e em parte da colheita. Denúncias recentes levaram os produtores a formar um instituto e a assinar compromisso contra o trabalho escravo nas plantações.

Impactos sociais e ambientais não faltam para alimentar os debates durante a reunião do Icac.

O vice-presidente da Abrapa antecipa, entretanto, que o trabalho escravo praticamente inexiste nas fazendas de algodão e que a alternativa para os agrotóxicos é a liberação do algodão transgênico no Brasil. E insiste que o escrutínio sobre os produtores "é coisa que vem de fora, com um viés ideológico". Segundo ele, há ONGs internacionais que "têm o objetivo de atrapalhar depois que o Brasil incomodou na OMC". Em 2004, a Organização Mundial do Comércio acatou queixa do Brasil contra os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos produtores de algodão.

MODERNIDADE QUÍMICA

Os agricultores brasileiros chegam a pulverizar as plantações com defensivos químicos 14 vezes durante a safra, informa Cunha. Para Maria Célia, do IEA, a necessidade de agrotóxicos é conseqüência da monocultura, que simplifica o ambiente e deixa o algodão vulnerável a inimigos naturais. "Desde a década de 60, a agricultura é feita à base de adubos e agrotóxicos", diz. "Não existe opção, isso é a modernidade." A pesquisadora aponta que o preço da produtividade é a intoxicação de trabalhadores, acidentes durante as pulverizações e a contaminação da água e de animais por produtos químicos.

A alternativa, de acordo com Maria Célia, está na produção orgânica, que no Brasil se limita a experiências isoladas. Uma delas é desenvolvida no município de Tauá, no semi-árido cearense, onde o algodão é cultivado por pequenos produtores em sistema consorciado com culturas como milho



NA CHINA, após sete anos de uso de organismos geneticamente modificados, as plantações ficaram vulneráveis a outras pragas

As manchas do trabalho degradante

No fim de julho, denúncias de trabalho escravo – que em geral parecem um problema remoto para a população urbana – materializaram-se na imprensa. Fornecedores de grandes redes como C&A e Riachuelo foram citados em investigações do Ministério Público sobre o trabalho em condições precárias de imigrantes ilegais. Para quem vive nas grandes cidades, esses são nomes conhecidos o suficiente para chamar a atenção – e gerar pressão.

"A lista suja do trabalho escravo é de pouco uso para o consumidor final", diz Lisa Gunn, gerente do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). "Dela consta o nome das fazendas, mas não o mapeamento das cadeias produtivas." É por meio delas que o trabalho degradante em plantações de algodão, por exemplo, chega até cada um de nós com pelo menos uma camiseta no armário.

Uma pesquisa do Idec avaliou a qualidade, o preço e o discurso de responsabilidade social empresarial (RSE) de seis fabricantes de camisetas. "Nem sempre a boa qualidade vem acompanhada de conscientização e ação concreta das empresas quanto à RSE, um conceito que envolve padrões éticos, transparentes e práticas benéficas à sociedade", concluiu o estudo (*www.idec.org.br*).

"A RSE no Brasil ainda é uma ação externa ao negócio da empresa", afirma Lisa. Segundo ela, a maior parte das companhias continua com a visão de curto prazo de que a RSE equivale a custos extras. Para as que têm visão estratégica, entretanto, ela pode se transformar em proteção e garantia de longevidade. Lisa aponta também a responsabilidade do consumidor em investigar as empresas: se ele já tem preferência por uma marca ou loja, deve buscar informações sobre ela e ficar atento.

Na seara ambiental, a cadeia do algodão tem outro impacto importante: o uso de produtos tóxicos para alvejar e tingir tecidos. Uma maneira de evitá-lo é comprar roupas confeccionadas com algodão colorido naturalmente. "O branco é o que a indústria quer", diz Maria Célia, do IEA.



A LÓGICA DE REDUÇÃO DE CUSTOS E AUMENTO DE ESCALA COM O USO DE AGROTÓXICOS OU TRANSGÊNICOS É A MESMA DA REVOLUÇÃO VERDE

e feijão. Além disso, técnicas de conservação do solo, adubação orgânica e manejo ecológico de pragas ajudam a substituir os agrotóxicos.

Segundo a pesquisadora do IEA, o uso de sementes transgênicas reduziria a necessidade de agrotóxicos, mas geraria outro problema: a dependência econômica dos produtores de poucas empresas fornecedoras de sementes transgênicas. "A base do sistema, que busca a alta produtividade a baixo custo, está errada", afirma.

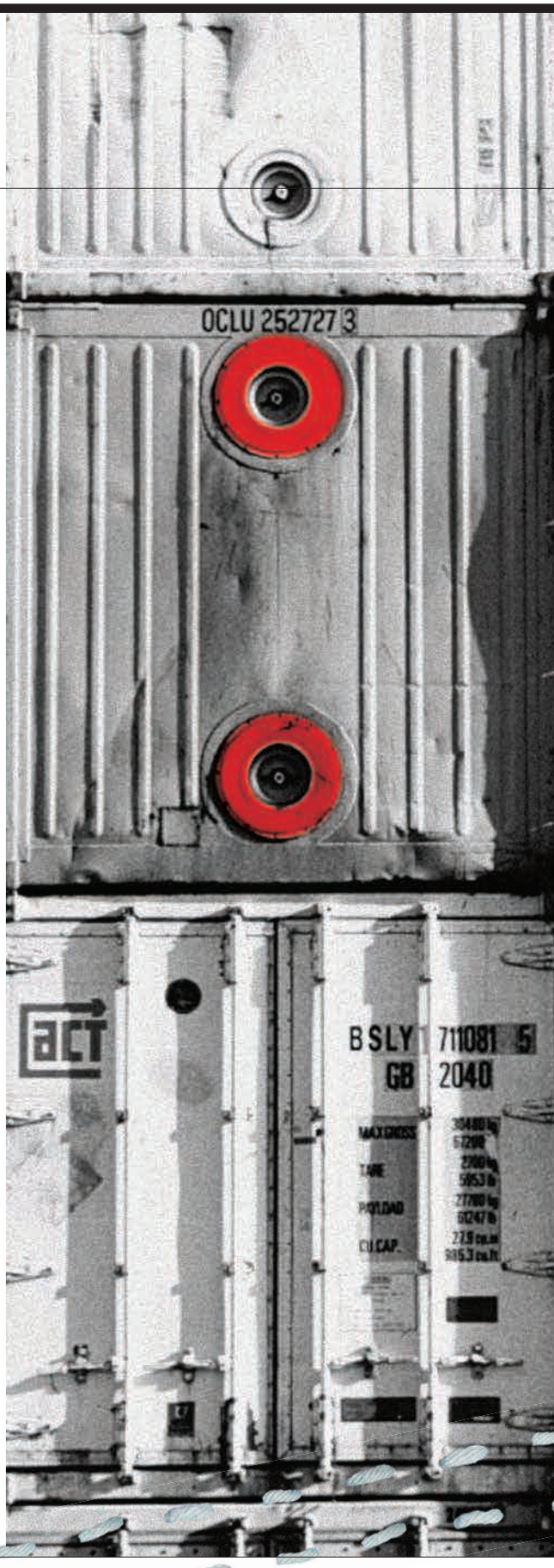
Como no caso da soja, depois de constatado o plantio ilegal de algodão transgênico, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) liberou, em 2004, a venda de sementes com até 1% de transgênicos. No fim do mesmo ano, permitiu o plantio da semente Bollgard, produzida pela Monsanto. Enquanto a semente não recebe o registro do Ministério da Agricultura, entretanto, a decisão da CTNbio não entra em vigor.

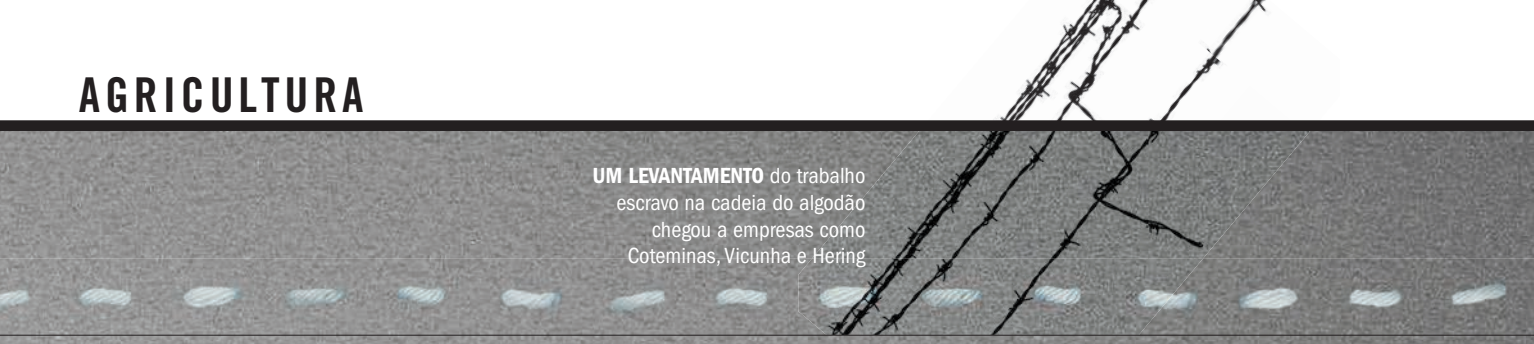
"Qualquer algodão com mais de 1% de contaminação plantado hoje no Brasil é ilegal", diz Gabriel Fernandes, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). O Ministério da Agricultura determinou em julho a destruição das lavouras em 154 mil hectares plantados de sementes transgênicas. No total, há 845 mil hectares cultivados com algodão no País.

"A atuação do ministério garante o interesse econômico das empresas de sementes, que preferem não ver a história da soja se repetir", diz Gabriel. Enquanto o plantio é ilegal, as empresas não podem cobrar *royalties* e os agricultores conseguem reproduzir as sementes.

A lógica de redução de custos e aumento de escala com a aplicação de agrotóxicos ou o uso de transgênicos, na opinião de Gabriel, é a mesma que orientou a Revolução Verde da década de 60. "É a lógica de controlar a natureza, os atores e os argumentos são os mesmos", alega.

Um estudo da Universidade Cornell revelou que na China, depois de sete anos de uso do chamado algodão Bt – semente transgênica resistente à larva que ataca os algodoeiros –, as lavouras





UM LEVANTAMENTO do trabalho escravo na cadeia do algodão chegou a empresas como Coteminas, Vicunha e Hering

OS PRODUTORES DIZEM QUE OS TRANSGÊNICOS DIMINUIRIAM A PULVERIZAÇÃO DE DEFENSIVOS, QUE CHEGAM A 14 POR SAFRA

recebem mais de 20 pulverizações por safra para controlar outras pragas. Segundo o estudo, 35% da produção mundial provêm de sementes Bt.

Na visão de Cunha, a questão é ideológica. "A Embrapa mostra que não tem problema. Por que não temos a liberação do transgênico?" Segundo ele, os principais competidores do Brasil usam transgênicos, o que tira competitividade do País. "Não se consegue plantar com escala sem defensivos", diz. "Com os transgênicos, o número de pulverizações seria muito menor."

AÇÃO E REAÇÃO

A ânsia de controlar a natureza passa por cima até das pessoas. De acordo com Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil, há casos de fazendas em que as pulverizações são feitas quando os trabalhadores ainda estão na plantação.

Em 2004, a Repórter Brasil pesquisou, a pedido da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a situação de sete cadeias produtivas em relação ao trabalho escravo, entre elas a do algodão. A partir de fazendas que constavam da "lista suja" do trabalho escravo do Ministério do Trabalho, a ONG chegou a empresas como Coteminas, Vicunha, Karsten, Hering e Marisol. Algumas nem tinham conhecimento de que havia trabalho escravo na cadeia, conta Sakamoto.

Uma delas, a Coteminas, reagiu e dispensou fornecedores acusados de usar trabalho escravo. A partir da pesquisa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Instituto Ethos propuseram um pacto pela erradicação do trabalho escravo, assinado por mais de 80 companhias.

Das empresas apontadas pela Repórter Brasil, apenas a Coteminas assinou o pacto, diz Sakamoto. A companhia também pressionou os produtores a regularizar a situação no campo. O resultado foi a fundação do Instituto Algodão Social (IAS), que, em julho último, lançou a "Carta do Algodão com Responsabilidade Social" – cujo princípio é a proibição do trabalho forçado. O IAS, entretanto, não aderiu ao pacto nacional proposto pela OIT e pelo Ethos.

"Foi uma reação", acredita Sakamoto. "Os produtores estavam com medo de perder clientes dentro e fora do Brasil." Para ele, embora a mobilização seja positiva, a iniciativa do IAS não é suficiente.

Para Rodolfo Tavares, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Ministério do Trabalho mostra a intenção de criminalizar as atividades capitalistas no meio rural e procura "colar a pecha de escravagista no produtor". O resultado, afirma, é a aceleração da mecanização, que libera mão-de-obra sem condições de emprego nas cidades e gera exclusão social. "A mecanização é mais barata, principalmente se houver uma provocação", diz.

"Estamos preocupados porque sabemos que o direito de propriedade não é absoluto, é condicionado ao cumprimento da função social da propriedade", acrescenta Tavares. Para ele, a solução está na desoneração do contrato de trabalho rural de curta duração, o que reduziria os custos para os produtores e garantiria o emprego formal da mão-de-obra temporária nas lavouras.

"A questão não é assinar carteira de trabalho", rebate Sakamoto. "Trabalho escravo é o trabalho degradante ou o cerceamento de liberdade." Ele diz compreender o temor de perder competitividade, mas lembra que os compradores querem ver o outro lado da moeda. "Na Alemanha, os empresários sabem que há trabalho escravo no Brasil, mas não sabem o que se faz para combatê-lo."

Se os participantes do encontro do Icac abandonarem o foco exclusivo na competitividade e se dispuserem a discutir a fundo os impactos socioambientais da produção, certamente encontrarão interlocutores preparados. "Nosso objetivo não é acabar com a economia brasileira, mas incentivar a mudança", garante Sakamoto. @

Um armazém vivo

SIMULAÇÃO APONTA PARA O COLAPSO DA FLORESTA INTACTA EM UM CENÁRIO DE SECAS PROLONGADAS NA AMAZÔNIA

POR **MARISA TOHVER** E **PAULO MOUTINHO***

Se a humanidade tivesse de pagar por serviços que as florestas tropicais prestam – seja pelo controle climático ou pelo ciclo de carbono –, logo descobriria o verdadeiro custo de sua devastação. Elas reciclam cerca de 8% do carbono global presente na atmosfera. Parece pouco, mas trata-se de um processo crucial para a vida na Terra. E fazem isso simplesmente ao existir: por meio da fotossíntese, as plantas absorvem o CO_2 presente na atmosfera e acumulam biomassa na forma de troncos, raízes e folhas. Tornam-se, assim, "armazéns" gigantes de carbono.

Qualquer distúrbio nesse "armazém", como os resultantes do desmatamento, tem efeitos no ciclo de carbono global e impactos negativos sobre a atmosfera do planeta. Estima-se, por exemplo, que 20% das emissões de gases, que levam ao aquecimento exagerado da atmosfera, resultam da derrubada de florestas tropicais.

Existem também distúrbios menos visíveis. Um caso corriqueiro são os episódios de secas severas e prolongadas que se repetem com mais freqüência e intensidade na Região Amazônica. A principal causa é a ocorrência do fenômeno climático El Niño, que envolve o aquecimento das águas de superfície do Oceano Pacífico.

Durante os anos em que ocorre o El Niño, mais de 35% da Amazônia brasileira é afetada por uma seca severa e prolongada – a redução na precipitação pode chegar a 60%, o que favorece os incêndios. Essa condição climática pode se tornar comum se o desmatamento e o aquecimento global do planeta seguirem no ritmo atual.

Para avaliar como o clima de seca e calor previsto para a Amazônia com o agravamento da mudança climática global afeta a floresta nativa, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) desenvolveu, em parceria com a Embrapa, o Ibama e o Woods Hole Research Center, um experimento inédito. Batizado de Seca Floresta, o projeto produziu uma seca artificial em 1 hectare (100 x 100 metros) da Floresta Nacional do Tapajós, no Pará.

O desafio no início do projeto, em 1999, foi evitar que a água da chuva chegasse ao solo. A saída foi cobrir a floresta com mais de 6 mil painéis de plástico, simulando um telhado. Acoplados a eles, construiu-se um sistema de calhas forradas com plástico de modo a permitir o escoamento da água para uma área distante.

Os painéis foram capazes de desviar aproximadamente 65% da chuva que caiu sobre a região durante o período em que estiveram instalados – nas épocas chuvosas de todos os anos entre 2000 e 2004.

A parcela que recebeu os painéis foi comparada a outra, também de 1 hectare, que recebeu chuva normalmente e foi usada como controle do experimento. As diferenças entre as duas parcelas indicaram o que acon-





FOTOS: DIVULGAÇÃO IPAM

O EXPERIMENTO usou 6 mil painéis de plástico e calhas para barrar a água





AS PLANTAS mortas podem liberar três vezes mais carbono do que o volume seqüestrado pela fotossíntese

APÓS TRÊS ANOS DE SECA SIMULADA, A MORTALIDADE DAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE CRESCEU EM ESCALA ASSUSTADORA

teceria em uma área de floresta caso as mudanças globais levassem a secas prolongadas nas regiões tropicais.

Sabe-se que as florestas possuem mecanismos fisiológicos que permitem suportar a falta de chuva no curto prazo. Em um ano com menos chuva, as plantas fecham os estômatos – aberturas nas folhas que permitem a troca de gases e água com a atmosfera. Tal estratégia evita que a planta enfrente um estresse hídrico ao perder água para a atmosfera. Além disso, as árvores maiores, com raízes profundas, beneficiam-se do estoque subterrâneo de água, que chega a mais de 10 metros no solo e é reposto anualmente durante os períodos chuvosos. No entanto, uma seca que se extenda de um ano para o outro deixa as grandes árvores em situação de risco.

Os resultados do Seca Floresta mostram que, depois de três anos de seca simulada, a mortalidade das árvores de grande porte aumentou em escala assustadora. Na parcela que recebeu os painéis, a mortalidade de árvores de porte médio (tronco com diâmetros entre 10 e 30 centímetros) foi três vezes maior do que na parcela de controle. Para as árvores grandes (diâmetro acima de 30 centímetros), a taxa de mortalidade foi cinco vezes maior se comparada ao controle.

Curiosamente, as plantas menores não foram tão afetadas: as taxas de mortalidade são comparáveis nas duas parcelas para as árvores com tronco de diâmetro abaixo de 5 centímetros. A hipótese para esse fenômeno é que as pequenas, por possuir copas menores para sustentar, podem aproveitar a água que cai na superfície do solo – e assim deixa de correr para o subsolo e alimentar as árvores maiores.

A substituição das árvores de maior porte pelo crescimento das menores não compensou a mortalidade das primeiras. Ao fim do experimento, contabilizou-se uma perda de 10% na população de plantas de grande porte.

Os cálculos feitos no âmbito do Seca Floresta indicam que as árvores mortas na parcela que recebeu os painéis, ao se decompor, podem liberar três vezes mais carbono do que o volume seqüestrado pela fotossíntese das árvores na parcela de controle. Ou seja, não só deixarão de seqüestrar carbono, como passarão a emitir. Além disso, a parcela submetida à seca prolongada fica mais vulnerável ao fogo e levaria mais de oito anos para se recuperar totalmente – no caso de inexistência de novos períodos de seca severa.

As implicações de uma seca severa e prolongada sobre uma área maior – por exemplo, toda a Amazônia – são desconhecidas. Mas os resultados do Seca Floresta apontam para o colapso da floresta, mesmo que intacta, caso se concretizem as previsões de mudança do clima global.



A FLORESTA submetida à seca levaria mais de oito anos para se recuperar

** Marisa Tohver é botânica e participou do projeto Seca Floresta. Paulo Moutinho é coordenador do programa de mudança climática do Ipam.*

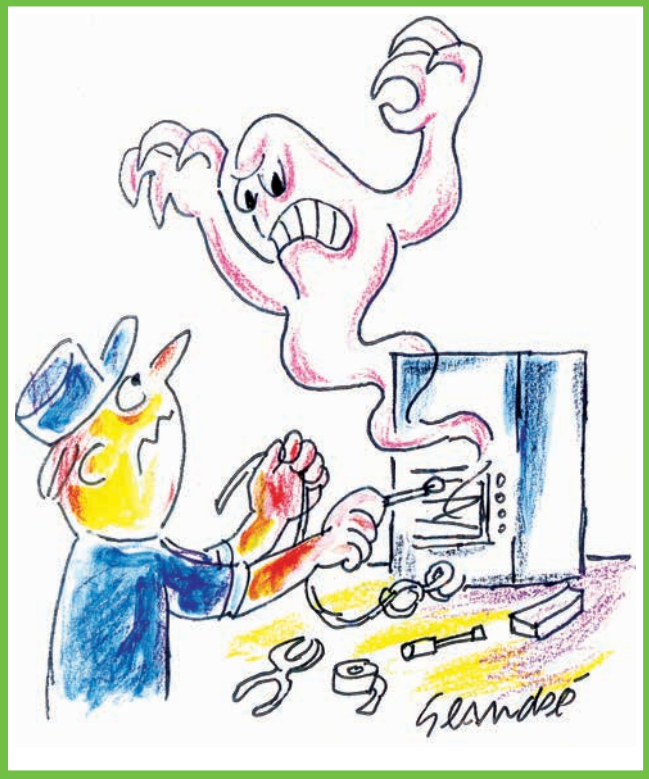
Sustentável é...

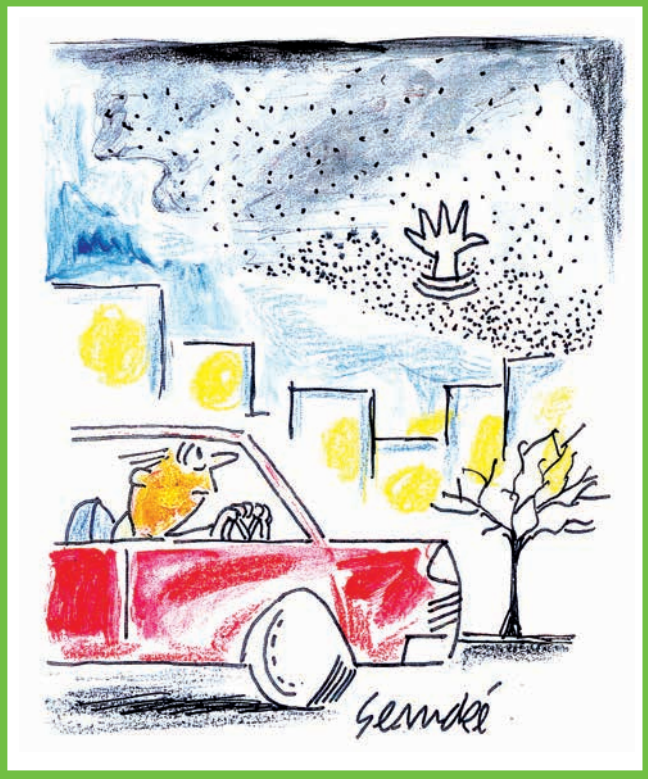
...saber usar o ar-condicionado

POR **MAURA CAMPANILI**









Sustentável é...

...utilizar sem exagero

Com o advento dos chamados prédios inteligentes, o uso do ar-condicionado no Brasil deixou de ser associado apenas à refrigeração: passou a ser constante. As janelas desses edifícios – quando existem – permanecem lacradas e o ar-condicionado, ligado, produz pequenas batalhas entre o pessoal dos escritórios.

Usado inteligentemente, o ar-condicionado proporciona conforto em épocas de muito calor ou frio e preserva pessoas e equipamentos. Mal utilizado, gera grandes contrastes de temperatura dentro e fora do ambiente condicionado, expõe as pessoas a fungos e vírus em locais fechados e consome enormes quantidades de energia.

Além disso, dependendo de quando foi fabricado, o uso do ar-condicionado pode afetar a camada de ozônio, que funciona como um filtro solar e protege os seres vivos da radiação ultravioleta. E mais: independentemente do modelo, todo aparelho colabora com o aumento do efeito estufa, que provoca as mudanças climáticas globais.

Vidros blindados em edifícios inteligentes, ônibus de viagem e estabelecimentos comerciais talvez sejam desnecessários em algumas regiões do Brasil, onde o clima ameno pode se desfrutado com janelas abertas e ventilação natural. Ao deixar os ambientes com uma diferença de temperatura de até 15 graus com o exterior, o ar-condicionado é um bom motivo para meditar sobre o que é conforto.

...cuidar da saúde

A manutenção do ar-condicionado não costuma despertar o interesse de seus proprietários, tanto nas empresas, como nas casas ou nos carros, embora mantê-lo limpo seja fundamental para a saúde dos usuários. Além de cuidar para que o aparelho de casa ou do carro receba manutenção periódica, as pessoas deveriam se informar se o mesmo procedimento está sendo adotado na empresa em que trabalham ou em outros ambientes que freqüentam.

Quando o ar-condicionado está sujo, micropartículas – fungos, bactérias, ácaros e vírus – alojam-se no sistema que aquece ou refrigera o ambiente, o que aumenta a possibilidade de doenças respiratórias e contribui para o surgimento ou agravamento de alergias. Salas amplas e cheias de gente trabalhando sob ar-condicionado central tornam-se ambientes ideais para a proliferação das doenças provocadas por esses microorganismos. Quando as salas são acarpetadas, o problema se agrava.

Uma pesquisa realizada na França mostrou que as mulheres que trabalham em escritórios com ar condicionado são mais propensas a doenças de ouvido, nariz ou garganta e faltam mais do que aquelas que trabalham em escritórios com ventilação natural. É importante lembrar que as doenças do aparelho respiratório proliferam tanto no calor como no frio.

...não agredir a camada de ozônio

Identificado na década de 80, o buraco na camada de ozônio da estratosfera é causado pelo uso dos gás CFC (clorofluorcarboneto), inventado pelo homem para utilização principalmente em aerossóis e sistemas de refrigeração. Para controlar o problema, as Nações Unidas aprovaram o Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é signatário. O prazo para a eliminação desses gases pelas empresas no Brasil é 2007 e o compromisso do País é o banimento total até 2010.

O problema do CFC em ar-condicionado é sua dispersão na atmosfera, que se dá por vazamento no sistema ou durante a manutenção, que deve ser periódica. Desde 1997, no Brasil, o ar-condicionado de carros novos não utiliza mais o CFC, porém kits automotivos com esse gás foram proibidos apenas a partir de 2001.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, fornece gratuitamente a oficinas mecânicas o equipamento para recolhimento e reciclagem do CFC. Quem ainda possui ar-condicionado com CFC no carro deve procurar fazer a manutenção nesses locais, habilitados também a realizar a conversão para sistemas sem CFC. Uma dica é ligar o aparelho do carro pelo menos uma vez por semana, por cerca de cinco minutos, para evitar o ressecamento dos anéis de vedação do sistema e diminuir o vazamento do gás.

...economizar energia

A equação tecnológica para o ar-condicionado ainda não foi resolvida, segundo os especialistas. Isto porque os vários substitutos do CFC têm impacto no fenômeno do aquecimento global. O efeito direto é causado pela liberação dos fluidos na atmosfera durante operações de troca de compressor e também em vazamentos do sistema de refrigeração. Os indiretos são causados pela energia que ele demanda para funcionar.

No caso de empresas que utilizam aparelhos à base de CFC – fabricados antes de 1993 –, a melhor alternativa é trocar o equipamento, que, além de agredir a camada de ozônio, é ineficiente energeticamente. Os novos equipamentos economizam cerca de 60% de energia.

Para diminuir o gasto com eletricidade, é importante escolher um modelo adequado ao tamanho do ambiente em que será utilizado, de preferência com controle automático de temperatura. O selo Procel – programa federal voltado para a conservação de energia elétrica – indica as marcas mais eficientes. Além disso, é preciso instalar o aparelho de maneira a proteger sua parte externa da incidência do sol, sem bloquear as grades de ventilação.

Fundamental é manter portas e janelas fechadas quando o aparelho estiver funcionando, evitar o calor ou o frio excessivos, regulando o termostato, e não esquecer de desligá-lo quando o ambiente estiver desocupado. Simples e inteligente.

O caminh

OS BANCOS DIZEM QUE A NOVA VERSÃO DOS PRINCÍPIOS DO



Qual é o meio-termo entre a transparência total e a proteção de informações confidenciais dos clientes? A pergunta ronda as cabeças de representantes de organizações não governamentais e instituições financeiras, principalmente quando o assunto são os financiamentos a grandes obras de infra-estrutura, cujos impactos socioambientais são mais visíveis.

A questão veio à baila há cerca de um mês com a divulgação da segunda versão dos Princípios do Equador (PE), um conjunto de critérios socioambientais a serem aplicados pelos bancos nas operações de *project finance*, projetos financiados com a receita gerada pelo empreendimento.

Para os bancos que fazem parte do acordo, houve um significativo avanço, que teve a velocidade do possível. Para as ONGs, o passo foi tímido demais.

Victorio Mattarozzi, gerente do projeto Ecofinanças, da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, lembra que uma das principais demandas – a exigência de maior transparência das informações – foi atendida apenas parcialmente. Os bancos são agora obrigados a divulgar uma vez por ano quantas operações realizaram no âmbito dos PE. "É um bom começo, mas é pouco", diz.

O gerente do Ecofinanças defende a divulgação de dados mais detalhados sobre os projetos, não só para o bem da sociedade como das instituições. "Quanto maior a transparência, menor o risco de ocorrerem problemas posteriores", diz.

A idéia não é inviabilizar as obras, ao contrário, as ONGs são a favor do desenvolvimento e sabem que os bancos exercem um papel importante no financiamento de empreendimentos, mas a velha tese do "prevenir é melhor que remediar" nunca foi tão atual.

Mais acostumadas a dimensionar o risco financeiro de suas operações, as instituições cada vez mais se vêem obrigadas a lidar com um novo componente: o risco de imagem. Especialmente em um setor em que confiança é tudo, milhares de dólares gastos na construção de uma imagem de credibilidade podem ir água abaixo sob a for-

...o do meio

EQUADOR É O AVANÇO POSSÍVEL, MAS AS ONGs QUEREM MAIS

POR **DENISE JULIANI**



ça de denúncias de envolvimento em situações como, por exemplo, o fornecimento de crédito a uma empresa que usa trabalho infantil ou cuja atividade cause grave impacto socioambiental.

ATÉ AONDE VAI O SIGILO?

Os Princípios do Equador são uma resposta à crescente pressão de parcela da sociedade que já não se contenta em saber que seu dinheiro está seguro e bem remunerado, quer saber onde e de que forma está sendo aplicado.

"Os bancos são os maiores interessados na análise correta dessa importante variável que é a questão socioambiental, pois o tratamento incorreto quase certamente terá impacto no risco de crédito", concorda Cai Igel, diretor de Compliance do Unibanco. No entanto, o diretor diz que a transparência não pode ultrapassar a barreira da lei do sigilo bancário.

Milton Vargas, vice-presidente do Bradesco, segue a mesma linha. "A atividade bancária por si só impõe aos bancos muita cautela quanto à divulgação de informações sobre seus clientes." Além do sigilo bancário, alguns projetos são protegidos pelo segredo industrial, o que também dificulta a plena divulgação das informações.

Apesar da defesa do sigilo de algumas operações, as instituições financeiras já não torcem tanto o nariz para a atuação das ONGs. Ao contrário, no processo de revisão dos PE, aprenderam a colaborar. No Brasil, existe um grupo de trabalho que se reúne periodicamente com ONGs dedicadas a monitorar o sistema financeiro: a câmara técnica de sustentabilidade, organizada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBDES).

Luiz França, diretor do Banco Itaú e presidente da câmara, defende uma abordagem construtiva, na qual os representantes da sociedade civil contribuam para a redução dos riscos dos projetos, de modo a que estes possam existir e gerem desenvolvimento. O próximo encontro está previsto para meados de agosto.

"Trata-se de uma curva de aprendizado e

> Os bancos são os maiores interessados na análise correta da variável socioambiental, pois o tratamento incorreto quase certamente terá impacto no risco de crédito



UM GRUPO de trabalho dos bancos no Brasil reúne-se periodicamente com as ONGs

novos avanços são saudáveis e esperados, mas devem ocorrer dentro de um processo evolutivo", diz França, que também representa as instituições brasileiras no comitê mundial dos bancos que participam dos PE. Para ele, a disposição para ouvir a opinião da sociedade, representada pelas ONGs, mostra o comprometimento em aprimorar as regras dos Princípios do Equador.

O diretor para a América Latina da organização não governamental International Rivers Network, Glenn Switkes, acredita que os bancos não têm condições operacionais para conferir determinados detalhes dos projetos tão de perto como as ONGs, capazes de reunir informações sobre potenciais riscos socioambientais dos projetos para bancos e assessorias contratadas.

> O objetivo das ONGs não é impedir o desenvolvimento, mas evitar o financiamento de projetos que podem dar problemas no futuro

Como as instituições resistem em informar quais os projetos que estão analisando, Switkes assumiu o compromisso de enviar periodicamente aos bancos informações sobre potenciais impactos sociais e ambientais relacionados a projetos dentro do escopo dos Princípios do Equador. "Nosso objetivo não é impedir o desenvolvimento, mas evitar o financiamento de projetos que podem dar problemas no futuro", diz.

Ele cita o caso da Hidrelétrica de Canabrava, em Goiás, no qual o Banco ABN Amro Real participou de uma operação de troca de dívida que, segundo Switkes, tinha como propósito a retirada da empresa de um financiamento contratado anteriormente sem as devidas compensações ambientais. "O banco só ficou sabendo por meio da denúncia de uma ONG", conta (*leia quadro*).

Como os bancos podem ou não informar sobre as atividades dos projetos analisados e a região de localização, as ONGs dependem da boa vontade das instituições para cumprir o papel de alertar sobre os riscos.

No fundo, o que as ONGs questionam é o grau de eficiência dos bancos em detectar riscos sociais e ambientais dos projetos que avaliam, observa Christopher Wells, superintendente da área de risco socioambiental do ABN Amro Real.

"Os bancos, inclusive no exterior, terão de investir em estruturas mais robustas de avaliação desses riscos", afirma. "Mesmo o Real, que montou há cerca de três anos uma área de avaliação desse tipo de risco, não pode prescindir da contribuição das ONGs", reconhece.

Uma das sugestões dessas organizações durante o processo de revisão dos PE, que acabou não aproveitada, é a criação de canais de comunicação entre bancos e sociedade, uma forma de facilitar o monitoramento dos projetos e caminhar na direção de uma maior transparência.

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

Mas a sugestão das ONGs, de reduzir de US$ 50 milhões para US$ 10 milhões o valor dos projetos sujeitos à aplicação dos critérios

UMA SUGESTÃO DAS ONGs ACATADA NA REVISÃO DOS PRINCÍPIOS É A REDUÇÃO PARA



socioambientais, foi acatada e constitui uma das principais mudanças na nova versão.

Outro avanço é a aplicação dos princípios à atividade de assessoria de *project finance*. Muitas vezes, esses projetos dispensam o crédito tradicional e se valem de operações de captação de recursos no exterior, por exemplo.

As obras de expansão, que estavam fora da primeira versão dos PE, foram incluídas, ampliando a cobertura do acordo, lembra Mattarozzi. Além disso, toda instituição financeira signatária deve agora divulgar publicamente um relatório anual sobre a implementação dos princípios.

Os PE foram criados em junho de 2003 por um grupo de dez bancos internacionais, com base nas políticas e diretrizes socioambientais da International Finance Corporation (IFC), o braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

De acordo com os princípios, os bancos devem classificar o risco socioambiental dos *project finance* candidatos aos seus recursos em três categorias: A, B ou C, para risco alto, médio ou baixo, respectivamente. Os projetos de alto e médio risco devem apresentar planos de ação que minimizem os impactos gerados.

No início de fevereiro, o IFC revisou os critérios socioambientais dos projetos dos quais participa como financiador, ampliando as exigências e incluindo, por exemplo, a proteção à biodiversidade como um dos itens a serem observados.

Mesmo operando de maneira independente e com adesão voluntária, os Princípios do Equador – uma vez que são inspirados nas diretrizes do IFC – decidiram também realizar um processo de revisão. O trabalho começou no fim de fevereiro e recebeu sugestões de ONGs de todo o mundo, coordenadas pela Bank Track, rede dedicada ao monitoramento global do sistema financeiro.

Alerta providencial

Em março de 2005, o Banco ABN Amro Real coordenou uma colocação de debêntures para a empresa Tractebel, que realizava uma obra na Hidrelétrica de Canabrava, em Goiás.

Segundo Christopher Wells, do Banco ABN Amro Real, parecia uma transação simples, de troca de dívida em dólares por reais. Na análise, a empresa foi questionada se o empreendimento era novo. "Fomos informados de que se tratava de uma operação antiga, e prosseguimos", diz. Empreendimentos já existentes não eram sujeitos à aplicação dos Princípios do Equador, em sua primeira versão.

O dinheiro foi usado para a empresa quitar uma dívida com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "O que o banco não soube na época é que havia uma pendência socioambiental envolvendo o crédito com o BID", conta Wells. "Fomos alertados por uma organização não governamental, mas só depois de a transação ter sido finalizada."

A experiência foi emblemática, pois gerou, da parte do Banco Real, um compromisso de incluir nas análises a verificação de eventuais passivos socioambientais antigos nas operações de troca ou alongamento de dívida que venha a coordenar no futuro. "Levamos o caso para o *board* dos Princípios do Equador como mais uma questão a ser observada na avaliação de projetos", conta Wells.

US$ 10 MILHÕES DO VALOR DOS PROJETOS SUJEITOS À AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL



artigo



CELSO FERNANDES
é coordenador do Comitê para Democratização da Informação (CDI) na regional do Rio de Janeiro

Emancipação **digital**

POR **CELSO FERNANDES**

"Somos como um grande peixe que foi arrancado da água e se debate bravamente para achar seu caminho de volta. Nesta condição, o peixe nunca pergunta aonde o próximo movimento vai levá-lo. Ele sente apenas que o seu estado atual é insustentável e que algo precisa ser tentado."

(provérbio chinês)

O conhecimento gera riqueza e proporciona poder àqueles que o detêm. A democratização do acesso ao conhecimento, aliada a uma estrutura social baseada em redes, pode encurtar o abismo que separa ricos e pobres e promover a transformação social. Nesse processo, a inclusão digital é ferramenta essencial. Sem ela não há inclusão social verdadeira.

Mas, antes de tudo, é preciso romper com paradigmas de desenvolvimento equivocados que tratam as populações de baixa renda como um peso e uma ameaça à sociedade, ao mesmo tempo que excluem mais de 160 milhões de brasileiros do acesso efetivo aos instrumentos tecnológicos.

Tecnologias computacionais defasadas, "soluções populares" e internet de baixa velocidade, por exemplo, nivelam por baixo e cristalizam as desigualdades, limitando *by design* o desenvolvimento de uma enorme quantidade de pessoas e condenando-as à subcidadania.

CONDENADOS À SUBCIDADANIA, 160 MILHÕES DE BRASILEIROS NÃO TÊM ACESSO AO MELHOR DA TECNOLOGIA

Existem milhões de jovens que, quando tratados verdadeiramente como cidadãos, revelam seus talentos e produzem resultados encorajadores. Quando instigados a buscar autonomia, e se ganham espaço, metodologias, capacitação e ferramentas para liberar sua capacidade crítica e empreendedora, muitos deles se tornam agentes de transformação tanto no plano pessoal quanto no comunitário, contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento sustentável.

As comunidades menos favorecidas configuram oportunidade fantástica para empreendimentos inovadores que apliquem modelos de negócios voltados às necessidades específicas desse mercado. Diversos fabricantes de produtos populares e microempresários locais já descobriram esse potencial.

Do ponto de vista tecnológico, é preciso ampliar radicalmente o acesso à tecnologia da informação e à conectividade em banda larga para as populações marginalizadas, possibilitando a criação de redes sociais de alta interatividade.

Mas é claro que o acesso a essa infra-estrutura tecnológica, *per se*, não produzirá milagres. Para que os resultados aconteçam, é preciso investir em soluções que aliem propostas político-pedagógicas consistentes e conteúdos



> A sinergia entre tecnologia, capacitação e geração de renda é capaz de promover um salto quântico no Brasil, queimando etapas de séculos de opressão e de exclusão

educacionais de qualidade ao melhor da tecnologia, de forma a otimizar a capacidade criativa e empreendedora do brasileiro e incentivá-lo a criar novos mercados na base da pirâmide social como alternativas reais de geração de renda.

Além disso, é fundamental mergulhar no contexto histórico e sociocultural das comunidades excluídas para definir a abordagem correta e desenvolver conteúdos que considerem suas dimensões éticas, ambientais, técnicas, metodológicas, políticas e empresariais.

Dessa forma, um eficiente mecanismo entrará em ação pela sinergia entre tecnologia, capacitação e geração de renda. Com isso, o Brasil poderá reproduzir saltos quânticos que têm levado sociedades rurais e "feudais" diretamente à era do conhecimento, queimando etapas de séculos de opressão e de exclusão do desenvolvimento econômico.

Pesquisas demonstram que o brasileiro possui a seu favor uma alta afinidade com a informática e a internet, apresentando padrões de utilização equivalentes aos usuários de países desenvolvidos e, em muitos casos, até mesmo superior, como no Orkut.

Seja qual for o âmbito de atuação, as ações e os programas de inclusão digital devem contemplar não apenas a melhor solução tecnológica e os melhores conteúdos, mas também proporcionar oportunidades para emancipar o elemento humano, capacitando-o a conhecer melhor a si mesmo, suas potencialidades e os principais problemas e prioridades da comunidade que integra.

Nesse aspecto, não há como ignorar a relevância de apoios financeiros e materiais. O incentivo fiscal da Lei nº 9.249, de 1995, que permite abater 2% do lucro operacional



bruto das empresas, tem sido insuficiente para promover a dinâmica de investimentos sociais de que o País precisa.

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, também ainda não produziu resultados significativos. Seus recursos, superiores a R$ 5 bilhões, estão contingenciados para cobertura do déficit nominal do governo, em vez de ser destinados a ampliar as telecomunicações no País e a democratizar a informatização e o acesso ao conhecimento, conforme previsto.

Muitas iniciativas têm surgido nos âmbitos do setor privado, do governamental e do acadêmico. Entretanto, um desafio permanece: o de desenvolver estratégias e ações que integrem todas essas áreas. Muito mais pode ser alcançado por meio da ampla colaboração entre os diversos atores sociais, e há iniciativas prioritárias que podem ser executadas pelos setores público, privado e não governamental:

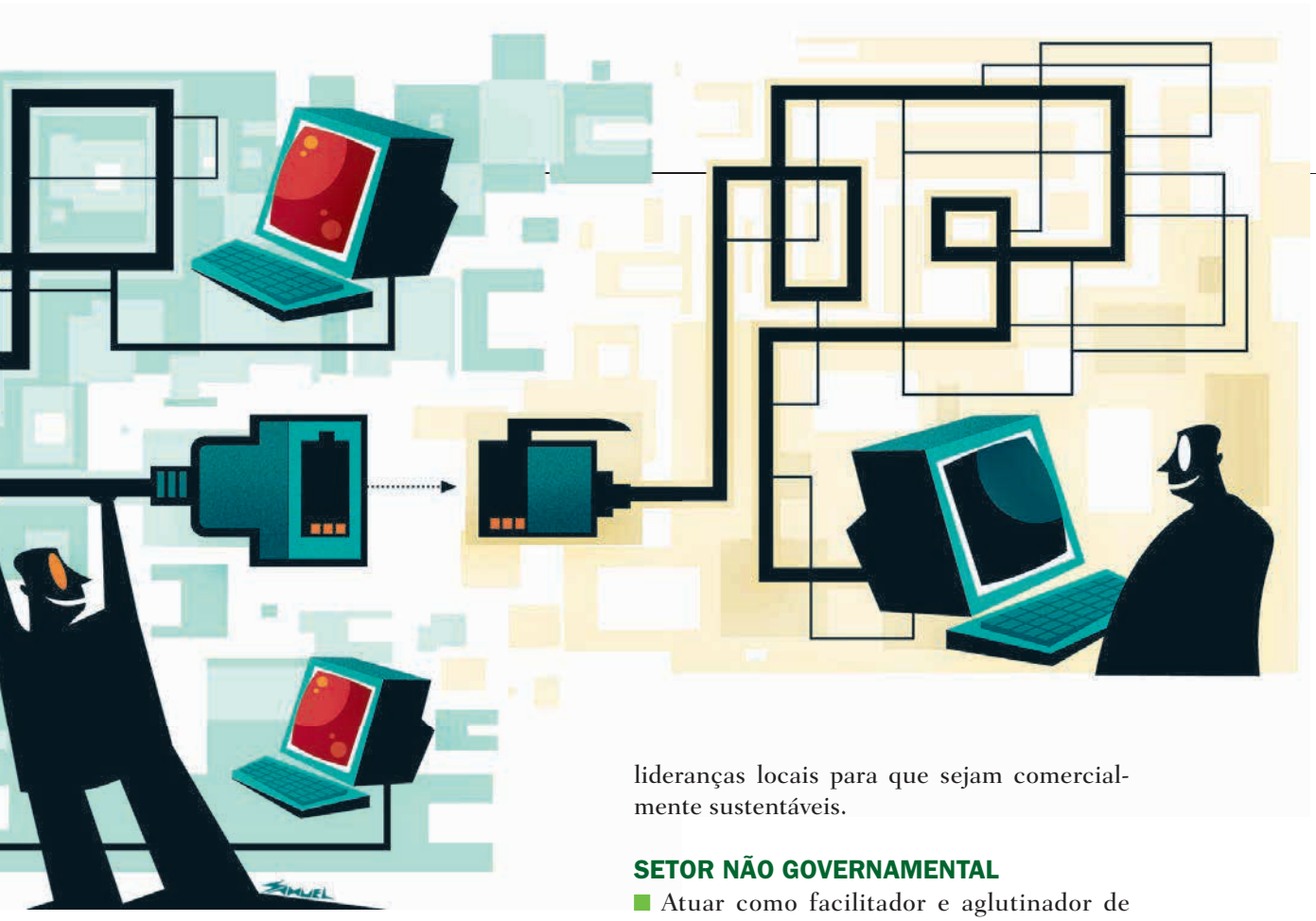
> O maior desafio que permanece é o de integrar as ações dos diversos atores sociais, que podem ser executadas pelos setores público, privado e não governamental

SETOR PÚBLICO

- A medida mais urgente é a liberação imediata dos recursos do Fust. É preciso determinação política por parte do governo federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para, em conjunto com as operadoras de telecomunicações, encontrar formas criativas de superar esse impasse. A utilização dos recursos do fundo para projetos de inclusão digital provocará um alto impacto socioeconômico e efeito multiplicador em toda a sociedade.
- Criar incentivos fiscais para uso da capacidade ociosa da malha de fibras óticas e sua extensão às pontas ainda não atendidas, além de formação de redes de acesso e de troca de conhecimento entre comunidades de baixa renda.
- Estabelecer indicadores socioeconômicos que permitam monitorar e estimular a inclusão digital, bem como direcionar e criar incentivos para a produção de conteúdos educacionais.
- Dinamizar a estrutura legal e regulatória e reduzir as barreiras para o crescimento, ampliando o acesso ao microfinanciamento a juros baixos para projetos sociais baseados na inclusão digital.
- Regulamentar o gerenciamento do fim da vida útil de produtos tecnológicos e criar incentivos para reciclagem e descarte seguro desses equipamentos e componentes.

SETOR PRIVADO

- Investir no fortalecimento de projetos de inclusão digital que surtam efeito social e minimizem o impacto ambiental do lixo tecnológico.
- Exercer políticas de doações de equipamentos, tanto novos quanto usados, atreladas ao ciclo de atualização tecnológica da empresa, destinando aos projetos de inclusão máquinas que permitam aplicações avançadas.
- Aproveitar o voluntariado, um apoio cada vez mais necessário e capaz de potencializar o uso



da infra-estrutura tecnológica e de ferramentas gerenciais disponíveis na própria empresa.

■ Agir em conjunto com instituições do terceiro setor que possuam as competências essenciais e acesso às comunidades de baixa renda para maximizar o retorno dos investimentos sociais.

■ Reconhecer as especificidades da base da pirâmide social, criando soluções inovadoras que ofereçam vasto espectro de produtos e serviços de qualidade a preços baixos.

■ Estimular o desenvolvimento de modelos de negócios e de canais e processos eficientes de marketing e distribuição para comunidades de baixa renda, baseados na tecnologia da informação e na comunicação. Tal modelagem deve possibilitar a expansão e a reprodução para atender a esses mercados e fazer uso da capacidade empreendedora e associativa das lideranças locais para que sejam comercialmente sustentáveis.

MAIS DE R$ 5 BILHÕES DE UM FUNDO PARA UNIVERSALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES ENCONTRAM-SE CONTINGENCIADOS

SETOR NÃO GOVERNAMENTAL

■ Atuar como facilitador e aglutinador de parcerias entre os diversos atores de todos os setores e buscar a excelência na execução dos projetos a fim de maximizar o retorno social sobre os investimentos.

■ Usar sua experiência para aprimorar a gestão de projetos e estabelecer parcerias que agreguem conteúdo e valor aos programas.

■ Influenciar as políticas públicas.

■ Criar uma rede de ONGs, representando os vários espectros do setor, em campanha para mobilizar a sociedade a pressionar governo, lideranças políticas e operadoras de telecomunicações a liberar imediatamente as verbas do Fust.

Se cada um dos segmentos da sociedade fizer a sua parte, todos estarão investindo no grande objetivo da inclusão digital que é a construção coletiva do conhecimento. Esse conhecimento será capaz de moldar um círculo virtuoso de geração de riqueza, sem contrastes tão alarmantes.

coluna



REGINA SCHARF é jornalista especializada em meio ambiente e autora de vários livros, entre eles *Manual de Negócios Sustentáveis*

Papai Noel é gringo

POR **REGINA SCHARF**

Menos impostos? Não, obrigado. Este é o mote de uma campanha promovida pelo Responsible Wealth, projeto que reúne cerca de 900 milionários americanos. Dentre eles, Bill Gates, vários membros da família Rockefeller, Ted Turner e Paul Newman, ator e rei da indústria de alimentos orgânicos. Objetivo do grupo: manter elevados os impostos cobrados dos mais ricos, argumentando não ser justo que eles sejam, proporcionalmente, mais suaves para os endinheirados do que para a classe média.

Parece conto da carochinha? Pois veja a história de Zell Kravinsky, que fez fortuna no mercado imobiliário e destinou o grosso de suas economias, US$ 45 milhões, para projetos da área de saúde. Não satisfeito, decidiu oferecer partes do seu corpo. Primeiro, doou um dos rins para uma desconhecida, sob os protestos da mulher e dos quatro filhos menores. Desde então, tem declarado à imprensa que está disposto a doar o rim remanescente a alguém que possa "ser mais útil à humanidade do que ele".

Esses dois episódios são casos extremos de um fenômeno tipicamente americano – a paixão pela filantropia. Fenômeno este que voltou recentemente às manchetes, graças ao anúncio de uma doação recorde de Warren Buffett. O segundo homem mais rico dos Estados Unidos reservou US$ 31 bilhões, cerca de 80% dos seus bens, para a fundação de Bill Gates. O dinheiro ajudará a desenvolver uma vacina contra a Aids e a combater a malária. Antes dele, o próprio Gates já havia doado US$ 30 bilhões – o orçamento anual de sua fundação é hoje o dobro do da Unesco. Isso, antes mesmo de receber a dinheirama de Buffett.

Só para efeito de comparação: um levan-





tamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicou que as empresas brasileiras doaram cerca de R$ 4,7 bilhões a projetos sociais em 2000.

Buffett e Gates não estão lançando moda. O pai dos filantropos dos EUA, o industrial do aço Andrew Carnegie, distribuiu US$ 400 milhões antes da Primeira Guerra. Dentre seus feitos está a construção de milhares de bibliotecas em países de língua inglesa, que, acreditava, seria o farol a iluminar a humanidade. Carnegie advogava que os excedentes da riqueza são um bem sagrado e que os seus guardiães deveriam administrá-los de modo a promover o bem da comunidade. Uma de suas frases mais citadas diz que "o homem que morre rico morre em desgraça".

Tentando entender a herança de Carnegie, Peter Dobkin Hall, professor de Harvard e autor de vários livros sobre filantropia, escreve sobre os dois grandes modelos americanos de generosidade. O primeiro, mais óbvio, é o concebido por Carnegie, e envolve doações a projetos sociais ou fundações.

O segundo modelo, explica Hall, foi idealizado por Henry Ford, que distribuía renda ao aumentar generosamente os salários dos seus funcionários. Estes, por sua vez, tinham dinheiro suficiente para comprar os carros que fabricavam. Hall cita Bill Gates, que também distribuiu riqueza por todo o planeta Microsoft, como seguidor desse modelo.

Difícil entender qual exatamente a motivação de tanta generosidade, se engajamento social, se sentimento de culpa, se desejo de parecer bonzinho, se descrença no governo ou, simplesmente, a vontade de não deixar heranças excessivamente polpudas para os herdeiros. Mas Hall aponta para a existência de certa pressão social, de modo que os milionários americanos são instados por seus próprios pares a não serem mesquinhos.

A PRESSÃO SOCIAL É UMA DAS MOTIVAÇÕES PARA A GENEROSIDADE DE MILIONÁRIOS AMERICANOS COMO BILL GATES E WARREN BUFFETT

Entender tais razões pode ser importante, para nós, deste lado do Equador, que raramente vemos esse tipo de generosidade. A combinação de palavras "filantropo brasileiro" é tão rara que só aparece no Google incríveis duas vezes. Só nos resta uma conclusão: Deus pode até ser brasileiro, mas Papai Noel é, definitivamente, gringo.

última

TERRA

Mais do que guardar
o mistério da vida,
és a estranha sempre dada,
nossa casa definitiva.
E quase nem sentimos
tua presença antiqüíssima:
confiantes, seguimos
tomando-te as dádivas.
Quem concebe o teu vazio,
tu que estás sempre grávida?
E quem adivinha a trama
dos teus invisíveis fios?

MILAGRE

Chuva forte, no verão.
A água que enchia o copo
abandonado no pátio
tinha um gosto de milagre.
Ainda recordo esse gosto
comum e extraordinário
e o choque sem alarde
do meu pensamento ingênuo:
eu bebo a água do céu,
o grande cabe no pequeno!

Poemas extraídos do livro *Viagem, espera* de **PAULO NEVES.** Companhia das Letras, 2006

A seção **ÚLTIMA** é aberta a contribuições dos leitores. Para enviar a sua, contate-nos: **redacao@revistaadiante.com.br**